

2º COLÓQUIO INTERNACIONAL DE ESTUDANTES DE MESTRADO E DOUTORAMENTO EM  
ESTUDOS FEMINISTAS, ESTUDOS DE GÉNERO, ESTUDOS SOBRE AS MULHERES

**“WE MUST ALL BE FEMINISTS”. O FEMINISMO OCUPA LUGAR**

SEXTA-FEIRA, 21 DE OUTUBRO 2016

FACULDADE DE LETRAS  
CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS

UNIVERSIDADE DE COIMBRA

**RESUMOS**

**11H15 – 13H15**

**MESA 1 – MODERAÇÃO – CLARA KEATING (FLUC / CES)**

**André Luís Rosa, FLUC/Universidade de Coimbra (Bolsista  
Capes/Brasil)**

**Regurgitando subalternidades e silenciamentos na ação performativa  
Prato Feito**

A ação performativa *Prato Feito*, ou *PF*, realizada pela primeira vez no I Festival Feminista do Porto e, depois, revisitada pelo Movimento Sem Prega durante o mês de março de 2016, em Coimbra, convida-me a pensá-la como dispositivo de provocação e análise acerca da subalternidade na constituição da colonialidade de género, pelo silenciamento e pelo encontro.

A rua torna-se um consultório/divã a céu aberto, completamente escancarado, e possibilitando uma política de afetos e de encontros que dinamiza outras vertentes acerca da condição de escuta pelo compartilhamento de histórias de violência de género, vivenciadas pelos membros do coletivo performativo MSP.

Ao sentarmos à espera de quem as quisesse ouvir, criamos, com cada sujeito que à nossa frente se colocava, um local de trocas e partilha de experiências, comungando histórias que devem sair do anonimato e do silenciamento imposto aos corpos violentados e violados. E assim, mais do que contar, aprendemos a escutar...

Cada encontro reconfigura o espaço da narrativa da história e seu processo de reencenação performativa de cura, trazendo questões pertinentes da (d)espetacularização, unidas às políticas sociais, educacionais e artísticas, que confrontam o sistema sexo/género hegemónico.

Ao trazer para a rua a história de minha avó Letícia, proponho nesta reflexão evocar o processo de (re)elaboração do meu olhar mesclado ao dela, através da narrativa e da criação de uma escuta apurada pelo encontro, na potência das vozes, dos afetos e dos depoimentos que emergiram nxs corpys durante a ação.

**Andrea Inocência, GECAPA/CLEPUL - FLUL; CES-UC**  
**Questões de género no meu trabalho artístico**

Sou artista visual, performer e investigadora e, na minha prática artística, a questão de género é um tema transversal. Exploro várias temáticas. No entanto, ao ser mulher, passo por vivências únicas desta condição, estando igualmente mais sensibilizada para a situação de outras mulheres. Consequentemente, este fator tem-se refletido em várias das minhas obras. Por exemplo, com "A chuva não cai da Lua" questiono como é possível que desde 1969 haja interesse em levar o homem à lua, mas aqui na Terra, não haja suficientes esforços para levar um bem essencial como a água a quem necessita. No século XXI mulheres e crianças ainda percorrem km a pé para ir buscar água. De um ponto de vista mais pessoal, "Artista para Adopção" e "Barriga de aluguer" expõem de forma irónica a condição de sobrevivência da artista mulher, que muitas vezes necessita de procurar alternativas ao mercado e ao sistema da arte. "À prova de fogo e de bala" procura focar a figura da mulher como construção sócio-cultural complexa. Uma figura que permite pensar o lugar que ocupam as imagens da mulher na construção de identidades, no intercâmbio e produção cultural. Cinco mulheres imigrantes na ilha de São Miguel e dez mulheres de pescadores e armadores da Ilha Terceira foram desafiadas a recriar as super-heroínas da banda desenhada, a partir de uma visão, corpo e vivências pessoais. Da mesma forma, surgiu o alter-ego "A Super-Artista Incógnita". "Sexo é poder. Identidade é poder. Na cultura ocidental não há relações que não sejam de exploração." Esta é uma frase de Camille Paglia que descreve bem o conceito de um dos meus últimos projectos: "I want no power". Mulheres, de várias gerações e estatutos sociais, foram convidada a ser fotografadas em sessões individuais. Sem preocupações com imagens ou comportamentos sociais, pretendeu-se transportar meramente a sua essência, de serem tão somente iguais a si próprias.

**Iracy Rúbia Vaz da Costa, FLUC/Universidade de Coimbra (Bolsista Capes/Brasil)**

**Tecnobrega e Feminismos: as "festas de aparelhagem" como insurgências culturais na Amazônia paraense**

Na Amazônia paraense, mais especificamente em Belém do Pará, no Brasil, de entre as diversas manifestações artísticas e/ou culturais destaca-se uma em especial: a música e dança denominada "tecnobrega". A mesma inscreve nos territórios da cidade uma performatividade de feminino contra-hegemónica. Os discursos engendrados nas músicas, nos gestos e nas coreografias acontecem como insurgências por meio da arte. É nas "festas de aparelhagens" que o "tecnobrega" é dançado e tocado por grupos subalternos, manifestação artística/cultural feita e consumida pela denominada periferia da cidade, por aqueles indivíduos que sofrem obliterações interseccionais: de classe, etnia, género e sexualidade. O "tecnobrega" produz discursos que engendram em si um potencial de discussão sobre as diversas formas de opressão que atravessam o corpo da mulher não branca, que vive e sobrevive nas periferias amazónicas. Essa comunicação visa refletir sobre os discursos contra-hegemónicos, de cunho feminista, que são produzidos em âmbitos outros, para além dos movimentos sociais e da academia. Pretendemos apontar a necessidade de que outras vozes sejam ouvidas, e que possamos identificar e dialogar com a produção de saberes, discursos e resistências nos espaços de arte produzidos pelas classes subalternas.

**Lia Pereira Saraiva Gil Antunes, DARQ/Universidade de Coimbra**  
**As questões de género e a arquitectura hoje – Projecto MOMOWO**

As mulheres têm estado envolvidas no desenho do espaço em diversas vertentes, como produtoras, teóricas, consumistas, historiadoras e objetos de representação. Todavia, em primeiro lugar, as narrativas e a história arquitetónicas, os conceitos e a linguagem, as preocupações e os programas, as práticas e os processos, traduzem-se numa constante orientação masculinizada da disciplina. Em segundo lugar, se a arquitetura e o urbanismo procuram entender o modo como o espaço é encontrado, usado, ocupado e transformado pelas atividades do quotidiano e, conseqüentemente, produzir ambientes sensíveis capazes de responder às necessidades do ser humano, também os espaços têm sido essencialmente produzidos e dirigidos ao homem branco de classe média. Para dar resposta, a constante evolução do género oferece inúmeras possibilidades de repensar as conexões entre subjetividade, interpretação, arquitetura, espaço urbano, território e a própria profissão.

O século XXI está alavancar a produção de projetos, redes de trabalho e junção de motivações e vontades em trazer o feminismo para o debate da arquitetura. O projeto europeu MOMOWO, através da perspectiva interdisciplinar, considera a questão das conquistas contemporâneas das mulheres com relevância cultural, social e económica dentro das áreas de arquitetura e engenharia civil, design de interiores, paisagismo e planeamento urbano; incentiva e acrescenta valor às obras e realizações das atuais gerações de mulheres profissionais, motivando e dando referências às futuras gerações de mulheres criativas.

O ponto de partida do projeto "Women's creativity since the Modern Movement" é o Movimento Moderno, momento de grande clamor cultural e de rutura política e social representando simultaneamente o primeiro marco histórico na libertação das mulheres. Pretende-se a criação de uma ponte entre o passado, o presente e o futuro de gerações de mulheres, de forma a facilitar a transposição das barreiras sociais e culturais na partilha de afinidades.

**Cláudia Ferreira, CEIS20**  
**Mulher-Terra-Vida**

Clara Menéres criou *Mulher-Terra-Vida* em 1977: uma instalação feita de relva em que se delineiam essencialmente os seios e as ancas de uma mulher. Tal obra integrou a exposição-acontecimento Alternativa Zero, da responsabilidade organizativa de Ernesto de Sousa e espécie de barómetro da vanguarda em Portugal, dos anos setenta do século XX. Com base nela, destaco a incidência de uma natureza feminina que acentua as noções de maternidade e de fecundidade, historicamente bem ancoradas na memória do Ocidente. Percorro uma paisagem interiorizada, em que avultam a gestação e a profundidade. Pretende-se provar a reincidência desta natureza na contemporaneidade, seja numa corrente do feminismo essencialista, seja ainda numa posição programática de determinada filosofia ocidental. Por outro lado, insiste-se nas potencialidades da arte ao propor formas de visibilidade ao supor, sempre, uma interação proveniente da receção, que completa o ciclo do visível e abre brechas na obra de arte. Em *Mulher-Terra-*

*Vida*, a dimensão da receção implica uma ação sobre a obra no âmbito do cuidado, que será destacada.

**MESA 2 – MODERAÇÃO:** VIRGÍNIA FERREIRA (FEUC / CES)

Joana Roxo, DINAMIA\CET, DAU, ISCTE-IUL

**“A Senhora Arquitecto”: Maria José Estanco**

“A primeira arquiteta portuguesa defendeu a tese na Escola de Belas Artes e foi aprovada.” Foi com esta frase que o Jornal O Século anunciou, dia 28 de junho de 1942, a primeira mulher portuguesa a licenciarse em Arquitetura: Maria José Brito Estanco.

Nasceu em Loulé, em 1905, e viveu toda a sua infância e juventude no Algarve. Ingressou no curso de Pintura na Faculdade de Belas Artes de Lisboa, mas após uma viagem ao Brasil, na qual assiste ao nascimento de uma nova cidade, decide mudar de curso e quando chega a Portugal inscreve-se em Arquitetura. Em 1942 recebe o “Diploma de Senhora Arquitecto” com o projeto final d “Um Jardim Escola no Algarve”, com a classificação de 16 valores.

No início do século XX, a condição feminina altera-se graças à conquista dos direitos fundamentais da mulher, do qual resulta uma presença crescente em meios historicamente masculinos. Daqui surgem diversas interrogações, nomeadamente, como se dá a entrada na profissão da arquitetura e qual a sua aceitação?

Para um melhor entendimento da história da mulher na Arquitetura Portuguesa, tendo como suporte diversos documentos relacionados com o seu percurso e, sobretudo, depoimentos de pessoas próximas, pretende-se dar a descobrir quem foi Maria José Estanco.

Patrícia Santos Pedrosa Labart, DAU, ULHT

**Arquitectas: identidade e profissão. Quem tem medo do Lobo Mau?**

Esta apresentação pretende lançar um olhar crítico sobre a presença das mulheres na profissão historicamente tão masculina da arquitectura. Da leitura da peça jornalística de Valdemar Cruz “E se as mulheres desenharem as cidades” serão identificadas as diferentes vozes chamadas a construir o discurso. Posteriormente, estas serão, por um lado, compreendidas autonomamente, mas também, por outro lado, em diálogo entre si, procurando encontrar continuidades e rupturas que sublinhem as complexidades efectivas de uma suposta visão hegemónica sobre as mulheres na profissão. O papel apresentado das arquitectas enquanto “outras” “mesmo se pela voz delas” próprias resultará desta compreensão que trabalha diferentes vozes, escalas e geografias encontráveis no discurso construído pelo autor do artigo, procurando identificar o que define a condição de parcial ou total invisibilidade das mesmas.

Marta Gorete Rodrigues Ornelas, Instituto Superior Miguel Torga

**A mulher e o trabalho: promessas de emancipação e a realidade da precarização**

O entrecruzamento das políticas neoliberais com a globalização económica criou as condições para o aparecimento de uma nova estrutura de classes, onde se inclui a que Guy Standing designa de "preariado". Esta "classe" caracteriza-se por novos tipos de relações, cada vez mais instáveis, de produção, de distribuição e de relações com o Estado, com uma forte penalização das mulheres que, através da readaptação das dinâmicas de desigualdade, assumem agora, por todo o mundo, o lugar de "trabalhador ideal".

O precariado parece ser a primeira classe na História a ter como expectativa o exercício de funções laborais muito abaixo das suas qualificações, com repercussões nas formas de subjetivação e nas narrativas pessoais. Esta investigação descreve, a partir de uma metodologia qualitativa, os sentimentos experienciados por mulheres diplomadas que trabalham abaixo das suas qualificações.

O enquadramento baseia-se nos trabalhos de Acker, Eisenstein e Fraser, Butler e Lorey sobre a centralidade do trabalho das mulheres como recurso para o capital global, na apropriação pelo capitalismo da ideologia feminista e na precarização como instrumento de governação.

Os dados recolhidos foram analisados de acordo com as técnicas de análise de conteúdo, codificadas com o auxílio do software Atlas/TI, versão 7.0.

As experiências de relações de produção distintas, de relações de distribuição distintas e de relações com o Estado distintas, revelam uma consciência, uma perceção, uma visão do mundo e da sua situação, também distintas. Queremos mostrar que a falta de oportunidade de construir e manter sob controlo narrativas profissionais assentes nas reais qualificações está na base de sentimentos associados à frustração de estatuto, agravados por uma forte ausência de perspectivas seguras de futuro e pela maior vulnerabilidade às armadilhas da precariedade, nomeadamente a de ver a sua capacidade de trabalho (*labour power*) diminuída.

María Daniela Eyquem, SCSP/Universidad de Lisboa

**Memorias de opresión y explotación. Consustancialidad del conflicto racial, de clase y de sexo/género en relatos de vida de mujeres portuguesas reformadas pertenecientes a la clase trabajadora**

En la lucha contra la hegemonía opresora de los idearios y prácticas del patriarcado, el capitalismo y las actuales formas de colonialismo, se releva la urgencia de una nueva construcción simbólica y material de la realidad (social, cultural, histórica, económica, política, etc.), que no sea ya la de una elite blanca, masculina y con privilegios de clase. El establecer y revelar la existencia de los significados, sentidos y experiencias de las razas, clases y sexos cuya voz fue relegada de la construcción de una realidad «compartida», es una de las tareas a la que se han abocado las ciencias sociales los últimos tiempos.

La comunicación propuesta presenta los resultados preliminares de la tesis de magister de la autora. Dicho estudio pretende dar voz al sujeto subalterno, en este caso, representado por la mujer portuguesa de clase operaria reformada, es decir, la mujer trabajadora en su voz madura, etapa en la que, en términos generales, no se es escuchado como actor social relevante, por lo que las experiencias vividas tanto como los significados y sentidos construidos se tornan invisibles y desaparecen.

Desde la perspectiva de la lucha de clases, a la vez que integrando la particularidad de la perspectiva teórica feminista, se estudian los significados, sentidos y experiencias matriciales que emergen de un corpus de análisis conformado por narrativas de vida de mujeres portuguesas reformadas pertenecientes a la clase trabajadora. En el universo de subjetividades y experiencias recolectadas mediante relatos de vida, se analizan sus vivencias como mujer y como trabajadora asalariada de clase operaria para descubrir la consustancialidad sexo, raza y clase en las estructuras y relaciones sociales de jerarquización, dominación, explotación y opresión que atraviesan sus experiencias de vidas.

Andréa Silva Carvalho, FLUC/Universidade de Coimbra (Bolsista CAPES)

### **Luzia Joaquina Bruce, brasileira em Porto**

Este trabalho é centrado em Luzia Joaquina Bruce, brasileira, maranhense e sua relação com a cidade do Porto - Portugal, na segunda metade do século XIX e início do XX, bem como sua participação e relevância na vida econômica dessa cidade. A presente pesquisa foi realizada com o objetivo de compreender o forte vínculo da Luzia Joaquina Bruce com a figura do torna-viagem, o português João António de Lima, seu protetor. O delineamento teórico teve por base as fontes bibliográficas: o seu testamento, inventário do João António de Lima, fontes de jornais da cidade do Maranhão-Brasil e do Porto-Portugal. Recorreu-se também aos arquivos das instituições que cuidam desse patrimônio, a exemplo da Santa Casa da Misericórdia no Porto. Analisou-se o conjunto de informações sobre sua vida no Porto e a forte presença da família BRUCE no Maranhão, Nordeste do Brasil. Assim, buscamos conectar: a memória, a presença da maranhense na cidade do Porto.

### **MESA 3 – MODERAÇÃO – ISABEL CALDEIRA (FLUC / CES)**

Vânia Duarte, FLUC/Universidade de Coimbra

### **As personagens femininas na obra literária de Natália Correia**

As personagens femininas, na obra de Natália Correia, revelam-se de grande densidade psicológica. Esta comunicação tem como objetivo estudar, numa perspectiva crítica feminista, a forma como são representadas e qual o impacto mediático destas histórias de mulheres ficcionadas numa sociedade que durante longos anos viu tolhida a sua liberdade de expressão. Importa ainda pensar a relação entre o processo literário, eminentemente criador, com o ideário feminista da autora. Subsequentemente, irei utilizar as obras *A Ilha de Circe*, *A Madona* e *O Encoberto* como corpus de análise.

Adelaide G. Fins, Universidade Paris-Sorbonne

### **Ética do cuidado e capacidades nas *Novas Cartas Portuguesas***

Ao denunciarem os estereótipos culturais relacionados com o destino das mulheres, as *Novas Cartas Portuguesas*, de Maria Isabel Barreno, Maria Teresa Horta e Maria Velho da Costa, quando publicadas em abril de 1972, com a noção de

«resistência feminina» que procura conquistar direitos cívicos, igualdades, liberdade e autonomia, funcionaram em Portugal como um ato político de alto valor simbólico. Encontramos aqui uma vasta crítica à sociedade contemporânea portuguesa com temas censurados e tabus como o estatuto social e legal da mulher, o enquadramento católico do núcleo familiar, a problemática da guerra colonial, um apelo ao direito de resistência, contra a permanência da ideologia hegemónica fascista e patriarcal. Um universo feminino relacionado com os valores do afeto, da vulnerabilidade e da questão íntima da sexualidade. Tópicos que fazem eco às teorias do *care*, e que revelam que cuidar é muito mais de que um ato, é uma atitude ética de relação. Convocando dois tempos: o passado e o presente; dois espaços: o interior e o exterior, que fazem referência ao domínio público e privado; dois géneros: o masculino e o feminino e dois universos: o real e o imaginário, pretendemos nesta comunicação demonstrar que existe nas *Novas Cartas Portuguesas* uma dimensão ética do cuidado: uma solicitude que interroga a vulnerabilidade do feminino, e uma «sororidade» e solidariedade com a humanidade. Faremos referência a «solicitude e cuidado do outro» em Gilligan e Tronto, a «capacidades» em Nussbaum, a «vulnerabilidade» em Worms e Peluchon. O nosso objetivo será de analisar a forte convergência entre a escrita vital das «três Marias» com a(s) teoria(s) do cuidado, novo modelo de ciências sociais e humanas que inclui os trabalhos do género no novo contrato de justiça social.

Bianca do Rocio Vogler, FLUC/Universidade de Coimbra

### **A personagem Maria Monforte na minissérie *Os Maias*: a autoria feminina no processo de adaptação televisivo**

Neste artigo pretendo desenvolver uma análise relativa ao processo de adaptação da personagem Maria Monforte do romance *Os Maias*, de Eça de Queirós, para a minissérie do mesmo nome, produzida pela Rede Globo de Televisão, em parceria com a emissora portuguesa SIC no ano de 2001. A minissérie teve como roteirista a dramaturga Maria Adelaide Amaral, a qual, no movimento de adaptação do texto eciano, realizou uma série de modificações e adições no sentido de transportar para o meio televisivo a sua leitura da obra do escritor português. Nessa perspetiva, Maria Monforte é a personagem que mais espaço ganha no texto audiovisual em contraposição ao livro, sendo que a primeira fase da narrativa é estendida e Maria Monforte aparece como centro dos acontecimentos. Além disso, há, ainda, o retorno da personagem ao final da história, já envelhecida e doente, confrontando Afonso da Maia e participando no momento de descoberta do incesto dos filhos, sendo esse retorno uma escolha da roteirista em função dessa sua leitura com relação à importância da personagem para o desenvolvimento da história. Assim, o destaque dado à Maria Monforte na minissérie acaba por criar um sentido de alguma forma diverso daquele que é observado no romance, pois possibilita um maior protagonismo feminino na narrativa. Nesse sentido, compreendo ser possível realizar uma observação a respeito da temática relativa à autoria feminina, em consonância com as questões de género e media, sendo que o estabelecimento da sua perspetiva do texto, bem como de mudanças e acréscimos que levam em conta as diferenças de meio e também de contexto social e histórico, fazem com que Maria Adelaide Amaral apresente uma obra com uma variedade de significados distintos com relação ao texto literário.

Lizi Menezes, Colégio das Artes/Universidade de Coimbra

### **O trajeto do corpo/sexo para uma localização poética feminista subversiva**

Minha reflexão parte da evidência - localizada no corpo (Adrienne Rich, 2002) - de que experienciamos culturas organizadas em estruturas sociais hierarquizadas e que têm, a partir da perspectiva masculina dominante, a diferença sexual como sinónimo de inferioridade (Ramalho, 2013). O simbólico e os diferentes contextos sociais são considerados nesta reflexão sobre o espaço que os corpos sexuados ocupam e como podem ser disciplinados (Foucault, 1999), bem como as ideologias patriarcais que naturalizam as diferenças sexuais a fim de manter a hierarquia do sexo masculino branco, ocidental e endinheirado sobre todos os outros sexos, despotencializados pela não masculinidade performativa de seus corpos/sexos. A poeta Adrienne Rich nos confronta a pensar sobre a geografia mais próxima, a partir de lugares conturbados politicamente - os corpos. É por este mapeamento do/s corpo/s, como território/s de múltiplas resistências, que pretendo pensar os discursos centralizados na razão biológica a respeito dos comportamentos dos corpos que refletem o social. É neste lugar de resistência, apresentando distanciamento do biológico e do dito natural, que a linguagem poética se torna o lugar da subversão, como nos diz a poeta Ana Hatherly, onde qualquer coisa de irreversível acontece. Lugar subversivo que pelas memórias se tem como dossiê de resistências feministas. Minha reflexão, interdisciplinar, estabelece cruzamentos entre os discursos referentes ao corpo / sexo sustentada por duas poetisas, Adrienne Rich e Carolina Maria de Jesus, e aborda as experiências sensoriais do corpo como discursos transgressores que evidenciam resistências políticas, na composição de uma cronologia feminista que é irreversível ao tempo.

Carlota Rocha e Cunha, FCSH/Universidade Nova de Lisboa

### **Humor como perpetuação de estereótipos? Ti Alcino e o Carnaval da Terceira**

O Carnaval da ilha Terceira, Açores, é o maior fenómeno de teatro popular em língua portuguesa do mundo. Apesar da sua imponente dimensão, de mover uma quantidade impressionante de pessoas e dinheiro, o Entrudo Terceirense parece ser continuamente remetido ao esquecimento quando da produção de investigação científica. O isolamento causado pela insularidade é força motriz para o desenvolvimento da criatividade e engenho açorianos.

Os assuntos escritos para as Danças de Carnaval são, na sua esmagadora maioria, realizados por homens, escritos para homens, interpretados por homens, mesmo quando os grupos são compostos unicamente por mulheres (atualmente existem duas Danças compostas exclusivamente por elementos do género feminino), a autoria dos textos é masculina. Apesar de o Carnaval materializar-se numa transgressão sancionada pela Igreja e pelo Estado, que afrouxam ou abdicam do seu controle sobre os indivíduos, a liberdade proporcionada pelo Entrudo não é vivida da mesma forma pela totalidade da população. O binarismo marxista de homem produtor/mulher reprodutora encontra-se bem presente ao rejeitar, por exemplo, o sujeito feminino como agente cómico. Este binarismo está

intrinsecamente ligado à divisão de espaços entre mulheres e homens, entre o privado e o público: o papel da mulher é o papel sério de cuidadora, de responsável, de educadora (e de censora) da prole. A heterossexualização compulsória e o contrato social que dela advém impõe às mulheres o rígido encargo de reprodução da sociedade heteronormativa, onde a mulher é subserviente e, por consequência, inferior ao homem.

**MESA 4** - MODERAÇÃO: SÍLVIA MAESO (CES)

**Cláudio Eduardo Resende Alves, PUC–Minas Gerais**  
**A casa de banho como uma tecnologia de gênero regulatória para corpos trans**

Esta proposta de comunicação oral consiste num recorte da pesquisa de Doutorado em Psicologia na PUC Minas/Brasil, com estágio realizado no CES/UC no ano de 2015, que investigou as ressonâncias da presença de estudantes transgênero no cotidiano de escolas públicas brasileiras. Propõe-se uma reflexão epistemológica do objeto de investigação - casa de banho - como um espaço de reiteração do binarismo de gênero (BUTLER, 2003) que regula lugares para o masculino/feminino e, ao mesmo tempo, invisibiliza sujeitos e corpos ditos abjetos e dissidentes da norma. Essa problematização evidencia como a arquitetura dos espaços reflete normas de gênero regulatórias da sexualidade, ou seja, a casa de banho atua como uma tecnologia de gênero (PRECIADO, 2011), um elemento de regulação com base na heterossexualidade. A pesquisa utilizou diferentes estratégias metodológicas: entrevista semiestruturada, rodas de conversação e observação participante do cotidiano escolar; para acompanhar a trajetória escolar de duas estudantes transgênero, Sofia e Nazaré, desvelando o *modus operandi* da instituição "Escola", no trato cotidiano com a diversidade sexual e de gênero. O interdito ao uso da casa de banho da escola em concordância com a identidade de gênero configurou-se num potente analisador institucional (LOURAU, 1995). Esse espaço arquitetônico com suas instalações, representações imagéticas e manual de uso não está aberto à alteridade, sendo hermeticamente fechado em si mesmo e refratário a qualquer fator de desestabilização. Entre a regulação e a exclusão, sistemas de desigualdade que nos enredam no cotidiano resultam de complexas redes de poder, em que grupos hegemônicos constroem e impõem linguagens, ideologias e crenças, implicando a marginalização de sujeitos (SANTOS, 2003). Por fim, a casa de banho é tomada como uma ferramenta de controle que normatiza e produz subalternidades, num movimento de silenciamento das diferenças.

Fernanda Belizario, CES/Universidade de Coimbra

**A travesti é uma mulher com 4 bolas e 10 sentidos: percursos simbólicos e geográficos de travestis brasileiras no Sul da Europa**

As travestis podem ser entendidas como pessoas a quem foi designado o sexo masculino à nascença, que buscam durante sua vida incorporar signos tidos como próprios do feminino por meio de intervenções estéticas e simbólicas que, em sua maioria, não incluem a cirurgia de transgenitalização.

Para empreender essa busca, as travestis que exercem o trabalho sexual costumam ter uma história de vida marcada por deslocamentos, de suas cidades

para as grandes metrópoles brasileiras, do Brasil para a Europa, em que cada lugar representa um novo estágio em busca do corpo perfeito, a participação em mercados mais rentáveis e mais reputação dentro do campo das travestilidades. São Paulo é o colégio, a Europa é a faculdade, como uma delas diz.

No sonho de tornar-se europeia, as travestis encontram outras formas de violência e buscam novas estratégias de sobrevivência: ser uma imigrante indocumentada, dominar um novo idioma, novas formas de preconceitos e estereótipos, nova concorrência no mercado, diferentes condições de temperatura, novas regras de trabalho e, algumas vezes, débitos por conta de transações que se assemelham ou se caracterizam, de fato, como tráfico humano. Neste contexto, novos embates identitários são travados: ser entendida como uma mulher transexual (não uma travesti) e lidar com a hipersexualização do corpo da mulher brasileira em contexto europeu.

A proposta é apresentar as travestis brasileiras trabalhadoras do sexo como sujeitas pós-coloniais, que conformam suas identidades a partir das fronteiras de gênero, sexualidade e nacionalidade. A partir de uma abordagem interseccional de suas vulnerabilidades, é necessário não perpetuar a produção ativa de sua não existência no discurso acadêmico, na militância e nas políticas públicas.

Yu Yibing, FLUC/Universidade de Coimbra

### **Zugzwang: O Estudo sobre as Homo-Esposas na China**

As homo-esposas, "gay men's wives" ou "Tongqi"/"Tóngq" em chinês, referem os cônjuges do sexo feminino dos homens homossexuais numa relação matrimonial.

O próprio termo "Tongqi" foi criado e divulgado em toda a China em 2005, quando umas narrativas delas foram encontradas nas redes sociais e foram expostas pela primeira vez pelos média. De acordo com um estudo estimativo sobre a homossexualidade, até 2013 a totalidade dos homens homossexuais na China era superior a 21 milhões (incluindo bissexuais). Entretanto, estima-se existirem cerca de 13,6 milhões de mulheres, cujos maridos são homossexuais. Ou seja, quase 90% dos homens homossexuais preferem casar com mulheres.

A realização do sonho desses homens homossexuais geralmente tem duas hipóteses: a primeira é comunicar com as lésbicas que têm a mesma vontade de ter uma família "normal" para realizar um casamento blindado (contrato); a segunda, enganar uma mulher heterossexual para entrar numa união com ela. Sendo mais fácil e vantajoso, infelizmente a maior parte dos homens escolheu o plano B.

Portanto, o meu trabalho visa discutir o caso das homo-esposas que casaram com homens homossexuais sem tomar consciência desse facto antes do casamento, efetuando uma abordagem sobre a vivência das homo-esposas na China, problematizando as soluções para o casamento hetero-homossexual e analisando as possíveis consequências para o movimento LGBT.

P.S. O termo "Zugzwang" encontra-se nos jogos de xadrez, descrevendo uma situação em que qualquer movimento pode resultar em desvantagens. E é assim que eu penso, quando estudo as soluções para as homo-esposas.

Luciana Moreira Silva, CES/Universidade de Coimbra

## **Género e sexualidades na Africa do Sul: Zanele Muholi e as possibilidades de/do ser.**

Zanele Muholi é uma mulher sul-africana, negra e *queer*, que se define como ativista visual. O seu trabalho fotográfico pretende denunciar o silêncio em torno do género e das identidades sexuais dissidentes dos discursos políticos, sociais e culturais do seu país. Ao fotografar mulheres lésbicas negras e pessoas transgénero, Muholi contribui para a visibilização dessas possibilidades de ser que são, regra geral, silenciadas.

Neste trabalho pretendo aplicar os conceitos de sociologia das ausências e sociologia das emergências, de Boaventura de Sousa Santos, de modo a denunciar a invisibilização e opressão de práticas sexuais entre pessoas do mesmo sexo e a fluidez de género existentes em várias comunidades do continente Africano, levadas a cabo pelo colonialismo e subsequente colonialidade (Thabo Msibi's, 2009 e 2011; Sylvia Tamale, 2013). Partindo de imagens de *Mo(u)rning* (2012), uma exposição individual de Zanele Muholi que esteve patente na Stevenson - contemporary art gallery, na Cidade do Cabo, demonstrarei como o trabalho da artista se centra em torno da emergência do corpo *queer* negro; realçando a presença do desejo físico, do afeto, da força e fragilidade emanada por esses corpos e também do luto, devido à violência extrema a que estão sujeitos, denunciando o colonialismo, o patriarcado e o nacionalismo persistentes em discursos políticos e identitários nas sociedades sul-africanas.

Daniel Lourenço, CEC/Universidade de Lisboa

### **A Efeminofobia e o Feminismo: Notas sobre a Figura da 'Bicha'**

Embora reconhecamos hoje a teoria queer enquanto campo disciplinar ou, mais propriamente, interdisciplinar - autonomizado dentro das lógicas intelectuais e institucionais do universo académico ocidental, é essencial re-perspectivar um dos lugares-chave da sua genealogia complexa e contraditória: a crítica feminista anglo-americana dos anos 80. Se a matriz da teoria queer contemporânea deve muito a projetos de emancipação sexual, principalmente aqueles articulados em torno da subjetividade homossexual masculina, é fundamental não esquecer que parte da eclosão da teoria queer ocorre também a partir, de facto, de dentro do feminismo, na sua viragem controversa das políticas de identidade dos anos 80 para novos modelos da diferença, focados em narrativas refratadas e multiformes de construções discursivas e materiais várias, contestáveis e mutáveis, num novo paradigma de articulação teórica e identitária.

Insistindo nesta zona de contacto constitutiva entre o feminismo contemporâneo e a teoria queer, propõe-se nesta intervenção uma abordagem que cruza os dois campos discursivos na consideração de um corpo cuja contemplação analítica e política requer, argumenta-se, a atenção de ambos: o corpo masculino efeminado. Em concordância com Sedgwick, entendemos que alguns dos lugares mais frutíferos do feminismo são precisamente aqueles em que o seu sujeito e o seu objeto se desalinham, surpreendendo a centralização naturalizante da feminilidade enquanto exclusiva a corpos cis-femininos. Procurando perspetivar a figura da bicha enquanto iteração performativa, cuja feminilidade pode ser conceptualizada através de cruzamentos com as premissas e propostas do feminismo contemporâneo, exporei nesta intervenção como ela se revela ilustrativa

dos novos terrenos simbólicos e materiais da luta feminista, no contexto de um desdobramento dos significados da feminilidade e na intersecção complexa e irreduzível do género com a sexualidade, na sociedade ocidental contemporânea.

#### **MESA 5 – MODERAÇÃO: JÚLIA GARRAIO (CES)**

Bruna Angotti e Regina Stela Corrêa Vieira, Universidade Presbiteriana Mackenzie

#### **Feminicídio no Brasil: mapeamento do processo de tipificação do homicídio por motivos de gênero**

A morte violenta de mulheres na América Latina tornou-se tema central no debate sobre violência de género e reivindicações do movimento feminista nos últimos anos, considerando os altos índices de assassinato de mulheres na região. Atualmente, 15 países latino-americanos incluíram em suas legislações coerções e punições específicas para o assassinato de mulheres por motivação de género. No Brasil, o crime de feminicídio foi inserido no Código Penal em 2015, definida a conduta típica como homicídio cometido contra mulher por razões da condição de sexo feminino, assim considerado quando envolve violência doméstica e familiar ou menosprezo ou discriminação à condição de mulher (art. 121). Por meio de um estudo qualitativo, envolvendo entrevistas com académicas, atores do Legislativo e Executivo federal, representantes de movimentos feministas, bem como análise documental, buscamos reconstituir o processo que desembocou na inclusão do feminicídio na lei penal brasileira. Quem propôs a inclusão do feminicídio na lei penal? Como se deu a participação dos movimentos feministas? O que argumentaram juristas sobre a temática? Quais foram os atores-chave para a tipificação? Tais perguntas nos guiaram no mapeamento desenvolvido para a pesquisa Feminicídio: quando a desigualdade de género mata - mapeamento da tipificação, na América Latina, financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), realizada pelo grupo de pesquisa Mulher, Sociedade e Direitos Humanos da Universidade Presbiteriana Mackenzie (2015-18). A comunicação proposta objetiva apresentar os principais resultados obtidos neste mapeamento e tecer críticas sobre o processo, contrastando diferentes posicionamentos. Buscaremos, ao falar da tipificação do feminicídio no Brasil, compará-la à dos demais países da região, apresentando, ainda que subsidiariamente, o cenário latino-americano.

Ana Oliveira, FLUC/CES, Universidade de Coimbra

#### **Para uma história da normalidade: aproximações sociojurídicas ao assédio**

O surgimento de uma proposta moderna de assédio sexual surge, na década de 1970, nas universidades norte-americanas. Catharine MacKinnon, em 1979, desenvolve uma proposta teórico-normativa original ao conceber juridicamente o assédio sexual enquanto forma de discriminação sexual nas relações de trabalho. Associada ao movimento anti-pornografia, MacKinnon argumenta que o assédio sexual é uma discriminação com base no sexo na medida em que reforça a desigualdade das mulheres em relação aos homens. Não é por acaso que as

campanhas anti-assédio sexual no local de trabalho seguem os trilhos das campanhas anti-pornografia. A sexualidade passara a ser entendida como o lugar primário para a opressão das mulheres e passa a ser o campo das batalhas feministas por excelência. Nesta luta contra a opressão da sexualidade, os movimentos feministas entram no remoinho epistemológico de, batendo-se contra o sexismo (enquanto regime político patriarcal-heterossexual), passarem a bater-se contra a sexualidade.

Em Portugal, o assédio é inscrito na legislação laboral, em 2003, por Decreto, sem mobilizações ou discussões. Em 2013, a ratificação da Convenção de Istambul desencadeia uma atenção crescente para esta matéria e força a pergunta: o assédio sexual é crime em Portugal?

Neste cenário, o que e como estão os tribunais a julgar quando é convocada a categoria assédio? Esta questão combina dois objetivos que estão na origem da investigação em que esta comunicação se insere. O primeiro consiste em avaliar o modo como o direito e os tribunais portugueses têm recebido, enquadrado e decidido sobre as diferentes formas de assédio (sexual e moral) associadas à subordinação laboral e à desigualdade sexual. O segundo é problematizar a formulação da categoria assédio, tendo em conta: 1) a construção jurídica da censurabilidade de uma dada conduta, e não de outras; 2) o grau de censurabilidade face à geometria da conduta (pressupostos da reiteração, da intencionalidade, etc.); 3) a articulação entre a censurabilidade jurídica das condutas e a natureza da relação em causa (tipificação do assédio nas relações de trabalho, mas não fora destas).

Isa António, Instituto Politécnico do Porto

### **A violência doméstica na intimidade: violação no casamento**

A questão da violação no casamento ("rape-in-marriage") tem sido ignorada pelo Direito. De acordo com as tradicionais conceções do contrato de casamento resultam para a mulher, entre outros, o dever de débito conjugal entendido como o dever de ter relações sexuais com o seu marido.

Na verdade, quando se fala em qualquer ato de violência psíquica ou física sobre a mulher, este ato é automaticamente reconduzido ao crime de violência doméstica. Raramente a imposição do ato sexual à mulher por parte do seu marido é qualificado como crime de violação. Pelo contrário, são muito comuns os insultos ou agressões físicas (v.g. desde socos, pontapés até facadas), os quais sendo qualificados como maus-tratos psíquicos e físicos cabem na previsão de crime de violência doméstica nos termos do artigo 152.º, n.º1, al.b), Código Penal.

Aos tribunais não chegam ações criminais por violação do cônjuge marido sobre a cônjuge mulher, mas somente situações configuráveis como violência doméstica *lato sensu*.

Um facto que pode explicar esta situação é o de se encontrar cristalizada na sociedade portuguesa a conceção de que a prática de relações sexuais contra a vontade da mulher não representa um crime de violação por parte do seu marido, mas tão-só o exercício de um direito marital que resulta da celebração do contrato de casamento.

Por virtude do casamento resulta um feixe de direitos e de deveres para ambos os cônjuges, numa lógica de simultaneidade. O principal é o dever de

respeito, mas este parece decair perante o dever de manutenção de relações sexuais.

No presente estudo falaremos da relação entre pessoas casadas, sendo tudo aplicável às relações afins, ou seja, à união de facto, cuja vida marital diária e quotidiana é em tudo idêntica à das pessoas casadas, ressalvados os aspetos legais patrimoniais e sucessórios.

Carolina Moreira, Marcha Mundial de Mulheres

### **Mulheres resistindo em guerras do Médio Oriente aos Balcãs e o regresso ao Ocidente: relatos de uma viagem na Caravana Feminista**

A partir da perspetiva da experiência e da documentação recolhida por mulheres ativistas que viajaram na Caravana Feminista da Marcha Mundial das Mulheres, esta comunicação pretende conectar as guerras que atualmente ocorrem no Médio Oriente com os conflitos que tiveram lugar na Europa no século XX, em particular nos Balcãs e Alemanha, e onde os movimentos de extrema direita e as políticas anti-migração se têm destacado numa Europa em que os nacionalismos e o regresso a valores conservadores e fascistas são cada vez mais crescentes. Nesta comunicação, pretende-se dar visibilidade às múltiplas formas de resistência anti-militarista com os quais a Caravana Feminista esteve em contacto durante o ano anterior, ao mesmo tempo que faz uma análise sobre as resistências levadas a cabo por mulheres do Médio Oriente, particularmente na Resistência de Rojava, facilmente desconstruindo visões redutoras e islamofóbicas construídas a partir de uma visão europeísta. Pretende-se também demonstrar a necessidade de lutar contra os fascismos e fundamentalismos em todas as partes do mundo.

Micaela Silva e Carolina Moreira, Ana Mateus, Vera Silva

### **Des(a)fiar a violência sexual**

O projeto Des(a)fiar a Violência Sexual no Contexto Universitário foi desenvolvido pelo núcleo da UMAR Coimbra com o apoio e participação da República Rosa Luxemburgo e da República das Marias do Loureiro. Este projeto contou com a participação de várias mulheres em rodas de conversa sobre a violência sexual denominadas por conversas de cordel. Estes encontros tiveram como objetivo a construção de um espaço seguro de reflexão e ação. Desde os nossos corpos, as nossas emoções e as nossas memórias desafiámos e desafiamos a violência sexual tecendo pontos em comum. Deste processo de ação coletiva de mulheres resultou a zine: Des(a)fiar a Violência Sexual, que reúne histórias, relatos, poemas, desenhos e colagens. Através das nossas agências e resistências, e de diferentes formas de expressão e linguagem, construimos uma ferramenta de combate à violência sexual. Juntas desafiámos as representações tradicionais de género e o sistema de valores patriarcal, criámos novas formas de intersubjectividade focadas na ação e na justiça social. Este foi um processo que, enquanto coletivo e feminista, fomentou a produção e circulação de conhecimentos igualitários e foi, por isso, empoderador. Nesta apresentação propomos uma conversa de cordel: um processo performático, coletivo e reflexivo sobre o des(a)fiar a violência sexual.

**14H30 – 16H30**

**MESA 6 – MODERAÇÃO: TERESA TAVARES (FLUC / CES)**

Helena Ferreira, Universidade de Aveiro

### **Representações do antifeminismo**

O feminismo foi um dos movimentos mais importantes do século XX, sendo responsável pelas grandes transformações no estatuto das mulheres e pelo aparecimento de uma nova visão das relações de género. Para este movimento, o desenvolvimento de uma linguagem que representasse de forma adequada e completa as mulheres foi extremamente importante para promover a sua visibilidade política. No entanto, atualmente, o tema das mulheres já não se vê em termos estáveis ou constantes e não existe consenso acerca do que é ou deveria ser a categoria “mulheres”, considerando que estas (des)construem a sua identidade mediante o ambiente social e político em que vivem (classe social, etnia, cultura, orientação sexual, religião).

Hoje em dia, também já não se fala em feminismo, mas em feminismos: marxista/socialista, radical, liberal e eco-feminismo, e dentro destes feminismos cada mulher que se proclama feminista vivencia o seu próprio feminismo segundo a sua cultura e experiências. Estas mulheres que se assumem como feministas, com discursos heterogêneos e policêntricos, encontram-se hoje no Estado, nos partidos políticos, instituições internacionais, universidades e organizações sem fins lucrativos, o que tem permitido ganhar reivindicações fundamentais tais como novas legislações sobre o aborto, a violência contra as mulheres, casamento entre pessoas do mesmo sexo e possível adoção de crianças, parentalidade, paridade e maternidade de substituição.

Partindo da ideia de que apesar de todas estas conquistas, o antifeminismo emergiu em grande escala e se propagou na internet em grupos de mulheres organizados, o presente estudo centra-se no blogue brasileiro *Mulheres contra o feminismo*, que se encontra online desde 2012. Tendo em conta que estas mulheres assumem que querem combater o feminismo, pretende-se perceber as motivações que as levaram a não se identificar com as lutas feministas e a apresentar representações tão fortes de identidades e discursos do heteropatriarcado.

Ana Rita Gonçalves Soares, Universidade Complutense de Madrid

### **Patriarcado medieval e feminismo pós-moderno: lugares de encontro**

O interesse que suscitou a época medieval nas últimas décadas é um fenómeno alargado, caracterizado por ideias diversas e até contraditórias: se algumas tendências consideram a Idade Média estranhamente familiar e encontram nela uma justificação para a atualidade, outras enfatizam a sua diferença em relação ao moderno. Em obras como, por exemplo, *O físico prodigioso* (1977) de Jorge de Sena, *Adivinhas de Pedro e Inês* (1983) de Agustina Bessa-Luís, *Fascinação seguido da Dama Pé de Cabra* (2004) de Hélia Correia ou *O remorso de Baltazar Serapião* (2006) de Valter Hugo Mãe, a época medieval é recriada para o/a leitor/a atual como um tempo exótico e distante, pelas suas roupas, castelos, viagens e guerras, utilizando simultaneamente esses dados para criar um terceiro

lugar longínquo, de contornos indefinidos, onde situar preocupações contemporâneas. Nestes casos de estudo verifica-se um intercâmbio recíproco de funções estéticas e didáticas entre a ficção literária e a realidade histórica e uma particular relevância do "gender" (Butler, 1990). Esta comunicação pretende focar este fenómeno através de uma análise sistemática sobre as características desta revisão ficcional da Idade Média, particularmente no que se refere à sua interação com alguns dos temas que definem a consciência pós-moderna do género, do poder e da sexualidade. Trata-se de analisar, por exemplo, a construção do feminino e do masculino ou de explorar a presença literária do queer como terceiro espaço ontológico e categoria destabilizante. Não se pretende, portanto, estudar as representações atuais da Idade Média através da narrativa ficcional histórica, mas sim de mostrar como o medieval, a representação ficcional do género e a sua problematização contemporânea se interrelacionam numa seleção de obras portuguesas atuais.

Ana Paula Antunes Martins, Universidade de Brasília

### **A 'Primavera das mulheres': o lugar do corpo e da sexualidade nos feminismos contemporâneos**

A influência dos corpos e das sexualidades tem sido percebida com mais ênfase nos feminismos contemporâneos, especialmente nas manifestações públicas as quais os média têm denominado "Primavera Feminista" ou "Primavera das Mulheres". Neste começo de século, vem-se identificando um revigoramento do feminismo no plano político, tanto nos setores governamentais como em expressões não institucionalizadas e espontaneístas. Este trabalho busca identificar, nas expressões contemporâneas do feminismo, as principais demandas e se estas estão a produzir um espaço de ampliação das pautas políticas. Desse modo, questiona como vem ocorrendo a corporificação da política feminista. Para tanto, estão sendo analisados imagens e discursos produzidos em contextos de manifestações públicas realizadas no ano de 2015, no Brasil. Busco compreender como as noções de localização e de posicionalidade ressitua o sujeito dinâmico do feminismo (Braidotti, 2002). O corpo e a sexualidade permitem a referencialização do discurso e da prática feminista na contemporaneidade, uma vez que a descrição do mundo depende das experiências materiais, algo que se faz mediante o corpo situado. Compreendido como lugar de experiência, o corpo pode ser apreendido na condição de território, ou melhor, como um espaço de posicionamento dos sujeitos e do género, muitas vezes situado "nas margens" e com alto potencial transgressor (Maluf, 2002). Tendo-se em conta que, contemporaneamente, o conceito de género requer a adoção da interseccionalidade como teoria e prática, o feminismo vem sendo reformulado no sentido de considerar a heterogeneidade das relações sociais. O carácter provisório e múltiplo do sujeito está acentuado nesse contexto, e abre espaços intermediários nos quais se apreende as posicionalidades. Esses espaços são também chamados "in-between spaces" e representam a positividade da diferença. Surgem, nesses contextos, oportunidades inovadoras de contestação e colaboração (Bhabha, 1994), as quais estão sendo identificadas por meio dos registros das manifestações públicas dos movimentos feministas e de mulheres no Brasil na atualidade.

Cristóbal Olivares Molina, Pontificia Universidad Católica de Chile; Universidad Complutense de Madrid

### **El género como problema para la filosofía moral según Judith Butler**

La teoría de género butleriana ha sido víctima de una sistemática serie de críticas que la asociaron a ciertos tipos de «culturalismos», «constructivismos» y «estructuralismos» (cf. Butler, 2008), que comúnmente supusieron que para Butler la naturaleza sexual no existe, y que en consecuencia «el género y el deseo no siguen del sexo, sino que son flexibles y mudables», así como también la asociaron a un «voluntarismo», que supuso que Butler, como consecuencia de la negación del sexo natural, defiende la idea de un sujeto soberano capaz de elegir libremente sobre su género, como quien puede elegir las prendas de vestir. No del todo justas fueron estas críticas con el pensamiento de la filósofa norteamericana, si bien el especial énfasis con que ella distinguió la «performatividad de género» de un cierto voluntarismo moral (cf., Butler, 2008: 38; 144; 338) pudo haber dado pie a la idea de que los problemas morales son ajenos o incompatibles con las tesis de *El género en disputa*. De hecho, a partir de la primera década del 2000 Butler se enfoca principalmente en problemas éticos y políticos, asociados a la guerra (2010a; 2009b), el racismo (2015b), la inmigración (2009c), las nuevas coaliciones políticas (2015a; 2011)), dejando de lado la centralidad de los temas de género de los años 90s.

Ahora bien, propondré replantear la problemática de género butleriana a la luz de las reflexiones morales que surgen a partir de la primera década del 2000, con el objetivo de demostrar que efectivamente hay una filosofía moral a la base de la argumentación de *El género en disputa*. No se trataría simplemente de un texto con consecuencias ontológicas (i. e., la desnaturalización del sexo) o epistemológicas (i. e., la subordinación de saber sobre el sexo/género a las relaciones de poder), ni siquiera puramente políticas (i. e., subversión contra el régimen de heterosexualidad obligatoria) sino que también éticas: el género supone la deliberación moral entre sujetos. Concluiré finalmente que replanteando el problema de género desde una perspectiva moral, la estrategia butleriana no puede ser entendida como abolición del marco de género ni como una salida a una existencia más allá del género, sino como la impugnación de los aspectos anacrónicos (ethos colectivo) que impiden que un sujeto de género, hombre o mujer, minoría sexual o no, sobreviva de manera alternativa a la hegemónica.

Susana Correia, Universidade do Porto

### **“The trouble was, I hated the idea of serving men in any way”: Sylvia Plath and the Second Wave Feminism**

Sylvia Plath committed suicide in 1963, the year when Betty Friedman published *The Feminine Mystique*, in the decade that initiated the period of Second Wave Feminism in the United States. Consolidated in the 1970s and 1980s throughout the Western world, this movement fostered a resurgence of activism that sought to contest the dominant patriarchal structures of society by focusing on issues such as domestic violence, sexuality, marriage, family, and women’s role in the workplace.

Although she wrote during the 1950s and 1960s, before the emergence of Second Wave Feminism, Sylvia Plath reflected on these same concerns as a result

of her life experience as a wife, mother and author. Thus *The Bell Jar* gives a fictional critique of the gendered society of the 1950s that eventually led to psychological breakdowns. We can see the same critical impulse in Plath's lyrical poetry, in a constant tension between instances of freedom and repression, imprisonment and rebellion. Beyond Plath's fictional work, and turning to her *Journals*, we can trace her anxieties about women's discriminated and dominated position in the male-oriented America of the 1950s.

My aim in this paper is therefore to analyze the elements in Sylvia Plath's oeuvre that show a preoccupation with gender (in)equality, placing her as a woman ahead of her time, and investigating what effects on women's empowerment her texts might have had in the 1960s. Furthermore, I will inquire to what extent we can consider Sylvia Plath as a proto-feminist from Second Wave Feminism, considering that her literary productions belong to the initial years of the decade that saw the rise of the movement.

#### **MESA 7 – MODERAÇÃO - SÍLVIA ROQUE (CES)**

Claudia Cristina Ferreira Carvalho, Universidade Federal de Mato Grosso, CES/  
Universidade de Coimbra

##### **O mundo prisional brasileiro visto do outro lado da linha**

A presente pesquisa gravita em torno da seguinte problematização: Quais os sentidos dos liames intersubjetivos de socialidade construídos entre mulheres detentas e não-detentas nos diversos níveis de espaço-tempo de uma prisão feminina no Estado de Mato Grosso? Seu principal objetivo visou compreender-interpretar, a luz das Epistemologias do Sul proposta por Boaventura de Sousa Santos, os processos pelos quais as mulheres detentas constroem saberes nas resistências viáveis, seja por ações, atitudes explícitas ou não, de resistências em espaços que beiram a (des) humanização. E, de outro, compreender as formulações dos saberes institucionais das mulheres (não-detentas) a partir das percepções construídas na lógica do saber-poder enquanto processos ordinários de "ressocialização" de mulheres detentas. Utilizamos como metodologia de estudo a pesquisa qualitativa de abordagem etnográfica, com uso de observação participante, entrevistas e oficina de fotografia, o trabalho de campo implicando um período prolongado no campo de estudo.

Newvone Ferreira da Costa, Centro Universitário Augusto Motta/ UNISUAM

##### **Mulheres negras: as mais punidas no Brasil**

Sujeitos negros e especialmente mulheres negras são mais punidos pelo sistema de justiça criminal do Rio de Janeiro nos crimes de roubo. É o que indicam os primeiros resultados da pesquisa do Centro Universitário Augusto Motta/Unisuam . A pesquisa objetivou a reconstrução da trajetória dessas mulheres desde sua entrada no sistema penal em casas de custódia, até a execução penal, onde são transferidas para presídios ou penitenciárias para executarem as suas penas. Assumindo a perspectiva de análise longitudinal, foram tratados dados referentes ao total de registros criminais no Estado do Rio de Janeiro, constituindo isto o ineditismo da proposta. Esses registros estão contidos nos bancos de dados

que formam o Sistema de Informações Penitenciário da Secretaria Estadual do Sistema Penitenciário do Estado do Rio de Janeiro. Gerenciado assim, os dados operativos do sistema foram utilizados para produzir um retrato do seu funcionamento. As escolhas e etapas metodológicas foram feitas através da reconstrução da trajetória das mulheres indiciadas, em processos, sentenciadas e em execução de pena no interior do sistema de justiça. Era preciso primeiro reconhecer as informações identificadoras desses momentos decisivos, bem como um modo de conectar/relacionar os diferentes bancos de dados existentes. Nesse processo, trabalhamos com cinco bancos distintos: um de identificados, um de indiciados, um de processados e dois de executados. Para que se pudesse trabalhar com mulheres envolvidas no crime a ser tratado, selecionou-se as mesmas pela classificação penal em cada momento trabalhado (inquérito, processo, execução). Assim, com o roubo, destacaram-se os casos que apresentaram a classificação do art. 157 do Código Penal em suas formas simples e qualificadas, à exceção do latrocínio (art. 157, § 3º). Com referência ao recorte temporal, trabalhou-se com os anos de 2010 a 2014, tomando-se como ano de referência o apontado no inquérito policial.

Cláudia Cambraia, Universidade Nova de Lisboa

#### **Género e etnia: a invisibilidade das mulheres negras nos meios de comunicação**

A proposta desta comunicação é apresentar um recorte da minha tese de doutoramento "Análise da construção da identidade das mulheres negras nos jornais impressos *Público*/Portugal e *Folha de São Paulo*/Brasil entre os anos de 2000-2010". Este trabalho pretende mostrar a construção jornalística da identidade da mulher negra em Portugal a partir da análise de textos e imagens publicados entre os anos 2000-2010 no jornal impresso *Público*. Através da análise do material jornalístico produzido identificamos quais as interpretações e valores que são atribuídos quando este grupo social são os personagens principais das notícias. Em Portugal, apesar do desenvolvimento dos estudos sobre género e comunicação, a relação entre etnia e género é pouco discutida. Pouco sabemos sobre a realidade das mulheres negras, prolongando a sua relativa invisibilidade nos media e na própria sociedade. A partir da pesquisa realizada, consideramos que o estudo do espaço da mulher negra na comunicação deve ser compreendido como uma forma de aproximar a temática das discussões académicas, promovendo dessa forma uma abertura cultural sobre o papel deste grupo dentro dos media e da sociedade. Compreendemos os meios de comunicação como um espaço onde se operam os fenómenos determinantes para a construção de identidade - pois este é o meio em que ocorre a reprodução cultural e integração social dos sujeitos - a exclusão simbólica, a não-representação ou distorções da imagem da mulher negra nos meios de comunicação produzem consequências para a identidade étnica destas mulheres.

Laís Saleh de Souza, ISCTE-IUL

#### **Género e Imigração em Portugal**

A imigração se tornou um dos principais pontos de debate na arena internacional, os imigrantes cruzam, alteram e mudam desde fronteiras até identidades (Castles et al, 2014). No entanto, muitos insistem em negligenciar que o processo migratório é extremamente moldado pelo gênero, desde as oportunidades para a mobilidade, como toda a experiência em si (Morokvasic, 2014). É necessário conectar o processo migratório às estruturas desiguais da sociedade, mercado de trabalho, cultura e, no caso específico deste trabalho, das políticas de imigração. Somos levados pela necessidade de pavimentar o caminho com análises descritivas para que possamos compreender as diferenças de gênero nos fluxos migratórios, o que nos leva a primeira pergunta deste trabalho: qual a composição dos fluxos migratórios em Portugal em termos de gênero? Responderemos isso com a análise dos vistos concedidos pelo SEF entre 1990 e 2015, por gênero e, quando possível, nacionalidade. A segunda componente de análise serão as políticas de imigração, analisando as alterações legislativas durante o período e qual atenção é dada às questões de gênero. As propostas iniciais, alterações, debates parlamentares e posição partidária serão centrais para esta análise que busca responder: o gênero é tido em conta na elaboração de políticas de imigração em Portugal? Assim poderemos entender como Portugal responde aos desafios da feminização da imigração em suas políticas, quais as posições partidárias em torno das políticas de imigração e, se houver, quais questões foram levantadas em torno do gênero e imigração para a elaboração das leis de imigração. Pois apesar de essas políticas serem supostamente neutras em relação, elas existem e atuam em um mundo marcado por diferenças de gênero estruturais, reforçando estas desigualdades (Raghuram, 2004).

Camila Craveiro da C. C. e Queiroz, Universidade do Minho

### **Vivências de preconceito das migrantes brasileiras em Portugal: os estereótipos de brasilidade analisados sob a perspectiva feminista-descolonial**

Quando consideramos a realidade sendo feita de maneira discursiva, torna-se importante conhecermos o que seria o discurso hegemônico sobre determinadas realidades construídas como verdades. Neste sentido, as representações mais frequentes dão conta de que os estereótipos que definem a brasileira em Portugal se relacionam aos atributos da alegria, da simpatia, da submissão e da hipersexualidade - sendo este último, em muitos casos, responsável pela associação deste grupo ao mercado do sexo.

Assim é que a migrante brasileira é significada a partir de uma representação racializada, hipersexualizada e que comumente lhe ocasionará confrontos e desvantagens em suas performances sociais. Portanto, entendemos que o racismo, entrelaçado a tantos outros -ismos (sexismo, colonialismo, idadeísmo, patriarcalismo), perpassa as relações que envolvem este grupo.

O trabalho apresentado é parte da pesquisa em curso no âmbito do doutoramento em Ciências da Comunicação e pretende realizar uma análise acerca das vivências de preconceito e possibilidades de agência de migrantes brasileiras com idade superior aos 50 anos, residentes em Portugal há mais de uma década. Sobre este grupo, cujos principais marcadores são os de raça-etnia, gênero, classe, idade, identidade nacional e estatuto migratório, recaem múltiplas opressões que configuram assimetrias sociais.

Portanto, o recorte escolhido se deve ao fato de acreditarmos que estas mulheres teriam vivências suficientes capazes de nos apontar se os estereótipos sociais que as representam se transformaram, de que maneira, e se continuam a se modificar ao longo de seus percursos migratórios.

Apresentaremos, para esta comunicação, trechos de duas entrevistas exploratórias realizadas com mulheres que fazem parte do recorte estabelecido e as analisaremos à luz da perspectiva feminista e descolonial, a fim de dar início ao debate acerca do tema proposto.

## **MESA 8 – MODERAÇÃO -ROSÁRIO FERREIRA (FLUC)**

Bruna Soares de Aguiar, IESP/Universidade Estadual do Rio de Janeiro

### **Teologia Feminista e a desconstrução do patriarcalismo na religião: uma análise sobre a experiência feminista no Cristianismo**

O estudo do feminismo permite diversas análises. O que pretendo na minha pesquisa é observar a relação entre essa teoria/prática e a religião; neste trabalho o objeto de estudo é a Teologia Feminista, ou seja, a experiência do Cristianismo com o feminismo. Portanto o objetivo é uma análise do desenvolvimento da Teologia Feminista, por meio da apresentação de ativismos feministas na fé.

Essa modalidade do feminismo não é apenas uma teologia feita por mulheres, mas sim o resultado da experiência cristã com viés feminista; desta forma busca a emancipação e libertação da mulher, mas sem excluir a existência da mulher cristã. A metodologia utilizada é o desenvolvimento da leitura crítica do universo cristão, não só por parte das mulheres, mas das comunidades cristãs; a intenção não é negar o universo religioso, mas torná-lo não patriarcal.

Em certa medida, o ativismo feminino no interior da fé permite entender que as mulheres fiéis não são apolíticas e muito menos estreitas e crenças apenas no que lhes é dado; há uma busca por igualdade, mas sem perder a essência do que acreditam: Deus. O que era pretendido como improvável, o feminismo na religião, passou a ser necessário, para que a fé fosse vivenciada de maneira igualitária, por ambos os sexos.

Pensando na ideia de violência simbólica trazida por Bourdieu (2014) e na dicotomia público/privada de Pateman (1996), o feminismo na religião permite a desconstrução de estruturas rígidas e cerceadora das mulheres, como indivíduo e ator social.

Eleonora Graziani, FLUC, CES/Universidade de Coimbra

### **Quem é Maria Madalena? Reflexões sobre o Evangelho segundo Maria**

Este trabalho apresentará uma análise da figura de Maria Madalena a partir da leitura de alguns versículos do *Evangelho Segundo Maria*, um evangelho apócrifo encontrado dentro de outros textos de Nag Hammadi, em 1945. Para tanto, buscar-se-á, num primeiro momento, sublinhar a importância deste e de outros textos apócrifos para a teologia feminista, pois a sua exclusão dos textos ortodoxos, que são considerados como uma revelação de Deus, está relacionada com a consolidação do cristianismo como religião institucional.

A descoberta e estudo de textos que descrevem o processo de difamação e destruição da imagem e do papel das mulheres dentro da religião católica é um

valioso instrumento de investigação para a construção de uma imagem feminina alternativa à transmitida durante séculos pela Igreja Católica. O *Evangelho Segundo Maria* narra e descreve o processo de exclusão da autoridade da "palavra" às mulheres através do conflito entre Maria Madalena e o apóstolo Pedro. O evangelho revela a grande importância de Madalena para o Movimento Cristão Gnóstico, uma corrente quase extinta no século II d.C. O conflito entre cristãos gnósticos e cristãos ortodoxos está relacionado com o conflito entre Maria Madalena e o Apóstolo Pedro, pois foi por causa dele que as mulheres foram excluídas da igreja cristã primitiva. Depois, Maria Madalena foi erroneamente identificada como a figura bíblica da pecadora arrependida e não por causa de suas características apostólicas. Além disso, vamos analisar no artigo as muitas representações artísticas que enfatizam a sexualidade de Madalena e o seu caso de amor hipotético com Jesus. Após o Concílio Vaticano II, imagem de Madalena foi parcialmente corrigida pela Igreja Católica, o que parece mais uma concessão na evidência de sua importância do que a admissão de um erro histórico dramático.

Monise Martinez, FLUC, CES/ Universidade de Coimbra

### **O poder feminino no Reino de Deus e o lugar da "Mulher Virtuosa"**

Desde a última década, membros conhecidos da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) — grupo neopentecostal brasileiro — têm produzido e recomendado *bestsellers* de autoajuda ao público feminino geral. Essas obras, enviesadas por uma retórica de (suposto) empoderamento das mulheres através da recuperação de uma essência feminina alegadamente prescrita por Deus conformam-se a uma ideologia religiosa de dominação masculina, criando estrategicamente um ideário de poder feminino e de feminilidade para esse efeito.

Partindo do posicionamento epistemológico dos Estudos Feministas, o presente trabalho tem como objetivo central interrogar *como e de que* modo se constituem esses ideários em um dos mais emblemáticos *bestsellers* publicados por Cristiane Cardoso, figura de grande relevância para os projetos doutrinários desenvolvidos pela IURD no âmbito de sua recente atuação internacional: o livro *A Mulher V: moderna, à moda antiga* (2011), traduzido a três idiomas e disponível para compra em grandes cadeias de distribuição internacional, como a Amazon.

Para tanto, a análise das figurações do feminino presentes na obra se constituirá a partir de um diálogo entre os debates sobre as relações de poder e as discussões ambientadas na atual crítica feminista a respeito das formas de *empowerment* feminino, buscando compreender até que ponto o delineamento da suposta *empoderada* Mulher V busca subverter a ideologia de dominação masculina ou, então, subverter o próprio entendimento desse conceito, apropriando-se dele estrategicamente.

Raquel Almodóvar Anaya, Universidad de Sevilla

### **Historia de un Aquelarre Feminista. Luchas, memorias y represiones históricas en torno a una iglesia de Sevilla**

Esta comunicación tiene por objeto reflexionar sobre determinados grupos de mujeres que participan políticamente desde los márgenes en la ciudad de Sevilla, concretamente en los límites físicos del conocido popularmente como «Barrio de la Macarena». El centro del análisis serán los espacios elegidos por estas activistas

para las acciones colectivas públicas y el tipo de reivindicación (discursos y prácticas) llevadas a cabo. El punto de partida de estas reflexiones es la performance realizada por un colectivo feminista autónomo (Asamblea de Mujeres Diversas) en el marco de las jornadas de movilización y lucha social organizadas por los distintos movimientos sociales y organizaciones sindicales contrahegemónicas de la provincia sevillana con motivo del primero de mayo. Entre el 24 de abril y el 1 de mayo de 2014 se desarrolló la «Semana de la Lucha Social. De la indignación a la acción» donde la Asamblea de Mujeres Diversas realizaba una acción colectiva: el Aquelarre Feminista. Esta acción consistía en una performance con marcha incluida por el barrio, haciendo una parada delante del conocido popularmente como «Arco de la Macarena» para leer un manifiesto titulado *Hermandad del Sagrado Coño Insumiso. A la explotación y la precariedad*, tras la lectura las activistas continuarían la marcha hasta encontrarse con la manifestación organizada por los colectivos contrahegemónicos mencionados aquel 1 de mayo. La performance estaba inspirada en una acción recurrente dentro del colectivo feminista autónomo de Málaga: sacar en procesión una vagina decorada como una talla de virgen. Así, Asamblea de Mujeres Diversas decidió que sería bajo el nombre «Sagrado Coño Insumiso de Sevilla» por el que procesionaría una vagina ataviada y portada como cualquier imagen de virgen que procesiona cualquier Semana Santa andaluza, aunque el «Sagrado Coño Insumiso de Sevilla» no fue sacado bajo palio. Las feministas que portaban la vagina gigante decorada con motivos semanaseros tenían el rostro tapado con una imitación de capirote elaborado por ellas, otras, iban de mantilla. Las reflexiones que se exponen encuentran su origen en el trabajo de campo realizado durante los años 2013-2014 y, desembocó en una etnografía como trabajo final de la licenciatura de Antropología Social y Cultural denominada *El movimiento feminista autónomo: El caso de Sevilla. Texto, contexto y praxis* (2014).

Daniela Alegría Fuentes, Pontificia Universidad Católica de Chile e Universidad Complutense de Madrid

### **El aporte de la ética del cuidado al debate ético contemporáneo entre imparcialistas y parcialistas**

La filosofía moral contemporánea ha acusado al requisito de imparcialidad de ser excesivamente exigente, represor de las diferencias, psicológicamente insostenible, inviable, etc. Durante las últimas décadas la teoría moral ha puesto especial atención a las relaciones de amistad y de amor, relaciones en las que claramente se prefiere a uno sobre los demás y una concepción moral que se oponga a este tipo de relaciones no parece aceptable. Así, cada vez se ha ido ampliando más la bibliografía que cuestiona a las teorías morales imparciales basadas en principios. Esto ha derivado a que exista una oposición entre los imparcialistas (kantianos y consecuencialistas) y los parcialistas (ética del cuidado). La presente comunicación mostrará los principales aportes de la ética del cuidado a este debate.

Esto porque acuerdo con los defensores de la ética del cuidado, el requisito de imparcialidad en la moral concibe que todos somos iguales y que necesitamos lo mismo, por tanto borra las diferencias que existen entre personas y es, por tanto, una explicación inacabada del complejo fenómeno moral. El enfoque de la ética del cuidado consiste en articular una crítica a las teorías morales que se basan

únicamente en nociones de justicia, imparcialidad y derechos (i.e., las llamadas éticas de la justicia). Una de las premisas más importantes de la ética del cuidado consiste en afirmar que no podemos realizar juicios morales que apunten a ser justos sin tomar en cuenta el tipo de relación que existe entre las partes. La ética del cuidado es una ética que reflexiona más allá de la mera razón para realizar un juicio moral, asimismo supone los sentimientos, la confianza, la responsabilidad por el otro, el amor, etc. Este tipo de ética no se concentra en los principios rígidos y abstractos de las teorías morales masculinas dominantes.

#### **MESA 9 – MODERAÇÃO - ANA RAQUEL MATOS (CES)**

Bruna Mura, University of Urbino.

#### **Bodies, desires and knowledge in the institutionalization process of *consultori familiari* in Italy**

Inside feminist collectives and groups worldwide, self-help and self-consciousness are characteristic practices used to build shared knowledge about bodies, sexuality and health. The collective construction of an embodied knowledge found expression in e.g. *Our bodies Ourselves*, a practical guide produced in 1971 by a feminist collective in Boston that has been translated into at least 30 languages. The sharing of this knowledge also affected the Italian feminist movements: the application and diffusion of these new feminist practices gave rise to experiments of self-managed Centres for woman's health. In the Seventies, however, specific social and health services for women in particular (*consultori familiari*) were institutionalized (by law 405/75), causing the end of these experiments in self-managed practice. We can now recognize the enormous importance of these political experiments in the ability they have had to give voice to women, starting from their bodies and desires: only such construction of knowledge could oppose and question the expert knowledge of the biomedical paradigm. To preserve the powerful and beneficial contribution of situated knowledge, in some Italian regions where feminist movements were stronger, the local application of national law 405/75 provided for the presence of participation committees to allow a continuous dialogue between the expert knowledge of operators and the situated knowledge of the users, but in recent years this relationship has ceased to exist. In this paper, we want to reconstruct through the analysis of grey literature (flyers and collective documents), how the relationship between situated and expert knowledge was problematized during the delicate transition of service institutionalization. Examining these reflections of that time can support the current feminist criticism of the biomedical approach to health and wellbeing, and contribute to widen the perspectives of alternative medical approaches such as Global Health.

Filipe Couto Gomes, Centro Hospitalar Psiquiátrico de Lisboa

#### **We have a trans health crisis – epistemological, clinical, and systemic challenges posed by emerging perspectives and demands on trans issues in Portugal**

In recent years, various perspectives and demands on Trans issues have emerged in Portugal, highlighting the complexity of clinical and biomedical practices that constitute what we can call Trans Health. There, one can find power

unbalances, historical-cultural heritages, regulatory pressures, and body-related suffering, but also, for some Trans people, self-affirmation and social inclusion.

In the bigger picture of health care training, structures and policies, Trans health is absent from curricula and planning, and users report experiences of discrimination and lack of competences, knowledge or proper solutions. A number of legal/policy frameworks, training programs, and specific health initiatives created in other countries, but also innovative projects already held in Portugal, may prove insightful in terms of holistic, systemic, and tailored services, integrated in the communities and user-centered.

Trans-specific care providers are currently the authorities and gate-keepers regarding Trans experiences and body modifications. A growing body of post-structuralist work, particularly in the fields of philosophy, social sciences, and psychology, has joined political activism in situating such practices as problematic. Such tension has opened a trench between and within professionals and users in Portugal. However, in that same tension lies the potential of articulating user participation, systemic intervention, and epistemological enrichment in clinical practice, aiming to diminish health and social fragilities within the Trans populations.

Trans Health can be a place of transformation and (re)connection for Trans people, their bodies, their lives, and their stories. Clinically, some experiences and purposes may be better handled by therapeutic spaces based on epistemologies other than the positivist and structural. Systemically, there need to be links between Trans-specific professionals and Trans people in areas such as professional education, workgroups for Trans-tailored and Trans-inclusive policies, and in tackling issues specific to 'non-transnormative' experiences. Such a basis may be successful in dealing with longstanding concerns such as transphobic violence in childhood, impoverishment, and riskier bodily modifications.

Gisela Patrícia Duarte de Almeida, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra

### **A importância da perspectiva de género na maternidade/parentalidade: a depressão pós-parto**

Perspetiva Global da Apresentação: A comunicação que aqui proponho centra-se em promover, através da pesquisa bibliográfica, a reflexão sobre a problemática da depressão pós-parto. Reconhece-se a necessidade de uma abordagem interdisciplinar, contudo o foco da apresentação centra-se no debelar da determinantes socioculturais intrínsecas a esta problemática. Pretende-se promover o debate dos intervenientes sobre a maternidade como forma de transição para novas adaptações e vivências no feminino. Bem como, refletir sobre as políticas públicas de proteção da mulher, nomeadamente, na esfera sociocultural e laboral. Para alguns investigadores, a maternidade é caracterizada, acima de tudo, por um conjunto de perdas: a perda de identidade e do sentimento de self autónomo, individualizado e separado. Segundo Oakley (1980), que realizou um estudo qualitativo longitudinal em Inglaterra, com 55 mulheres primíparas e de classe média, a perda de identidade ocorre fundamentalmente pela perda de emprego remunerado e pelo isolamento e mobilização de uma relação marital igualitária para uma relação segregacionista. Neste sentido, o autor, considera que as dificuldades maternas devem ser vistas num contexto de perda/luto. Ter um bebé é marcado

por uma série de perdas na vida da mulher, mas também pelo ganho de um bebê e do estatuto social de mãe. Nicolson (1999) considera que as mulheres são impedidas de chorar as suas perdas pelas constrictões sociais e pela aceitação inconsciente de tais constrictões, que as impede de resolver o seu problema. De facto, Lauer-Williams (2001) constata que as mulheres deprimidas após o parto experienciam culpa, vergonha e sentimento de ser anormal e valorizam a oportunidade de partilhar a experiência de depressão com figuras significativas que possam validar os seus sentimentos e confortar. Assim, face à multiplicidade de fatores que predispõem a mulher para a depressão pós-parto pretendo lançar o seguinte mote de discussão reflexiva: poderão os estudos feministas criar uma nova base de dados na abordagem a esta temática e conseqüentemente sustentar a mudança no sentido de políticas públicas equitativas e igualitárias? O enquadramento legal de proteção à maternidade está ajustado às novas transições do contexto feminista do século XXI?

Letícia Vulcano de Andrada, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais  
**Violência obstétrica no parto de mulheres no Brasil**

O movimento feminista mudou a maneira de pensar tanto a respeito do gênero, quanto em questões políticas. O gênero passa a ser entendido como uma construção cultural, na qual as diferenças percebidas entre os sexos são carregadas de significados sociais e sentidos que possuem uma trajetória histórica e que variam de acordo com os contextos sociais. Apesar dos avanços conquistados pelo movimento feminista nos deparamos, ainda, com problemas relacionados a desigualdades e opressão da mulher, além de concepções limitadas do seu papel na sociedade. Um desses problemas, que é amplamente discutido por autores na teoria feminista e de gênero, é a questão da violência contra a mulher. A proposta desse artigo é estudar experiências de mulheres que sofreram um tipo específico de violência: a violência obstétrica. Busco considerar os sentidos e narrativas associadas à violência obstétrica pelas parturientes e profissionais de saúde da área. A experiência do parto permite a mulher passar por muitas emoções ao mesmo tempo, entre medo, dor e alegria, um sentimento nem sempre é levado em conta: o de sofrimento. Entre tantas questões que permeiam o mundo materno, o debate da violência contra a mulher no processo e na experiência do parto vem tomando espaço em grupos e estudos feministas. A violência obstétrica pode acontecer durante a gestação, no parto, em caso de abortamento e laqueadura (Miranda,2015), e envolve rebaixamento da mulher como pessoa, agressões físicas, morais e psicológicas, limitação e negação dos seus direitos de atendimento no parto e agendar cesárea sem recomendação baseadas em evidências científicas, atendendo as necessidades e interesse do próprio médico. No Brasil não existe nenhuma lei que tipifique a violência obstétrica, no entanto há um esforço dos órgãos públicos e grupos feministas para que a vítima da violência seja protegida e a prática do ato seja evitada. Entender os sentidos e narrativas associadas à violência obstétrica, tanto atribuído pelas parturientes quanto por profissionais de saúde, permitiria uma melhor visão do problema e definição do que seria a violência obstétrica em si, além de permitir identificar casos com maior facilidade é um ponto de partida para, possivelmente, evitar que mais mulheres sofram com a violência obstétrica por estarem protegidas por políticas públicas de prevenção à violência.

Laura Fernandes Madeira, Center of Reproductive Rights  
**Abortion law in Portugal: the legal framework**

Introduction:

Social and juridical evolution of abortion in Portugal; Law nº 6/84 - abortion: cases of exclusion of unlawfulness; Referendum of 1998 and reasons behind the 'no'; 'Women on Waves' project and the Referendum of 2007.

I: Current abortion law

Legal protection and regulation of the right to reproductive health; Abortion law of 2007 (law nº 16/2007); Preparatory/preliminary work and parliamentary discussions - project/draft law; Prerequisites for legal abortion (age, gestational limit, etc.); Distinction between 'abortion' and 'voluntary interruption of pregnancy' in Portuguese law; Changes introduced by law nº 136/2015 - controversy and parliamentary discussions (preparatory and preliminary work); Political context and parliamentary discussion of projected law nº 1/XIII/1<sup>a</sup> to revoke law nº 136/2015; Approval of law nº 3/2016 and the new paradigm of abortion law in Portugal - restoration of previous rights and new questions brought to debate

II: Implementation in practice

Women's dignity and autonomy and the principle of free and informed decision (in practice; Conscientious objection and its importance in Portuguese abortion law; Abortion costs - brief discussion about health; Court decisions on abortion-related issues (research and analysis); Statistics on abortions in Portugal

III: Challenges and obstacles to the current legal framework

Clandestine abortion - still a reality?; Social discrimination against women performing abortions; New topics for debate.

## **MESA 10 – MODERAÇÃO- SARA ARAÚJO (CES)**

Mara Pieri, CES - Centro Estudos Sociais / Universidade de Coimbra

### **Are We Humans Or Are We (Queer) Dancers? Questioning Human Rights From a Queer Perspective**

In the context of critical approaches to human rights and their normative features, a debate has been rising over the recent emergence of 'queer rights'. On one side, human rights are deeply entangled with a tension toward universalism and regulation, within a neoliberalist idea of endless improvement of the human condition; on the other side, queer politics are generally understood as practices of resistance to normalization and subversion of flattening politics (Weber, 2014). Therefore, if 'queer rights' may seem a theoretical paradox and a practical impasse (Brown, 2000; Thoreson, 2011), it is exactly the power of crossing liminalities and inhabiting ambiguous spaces that constitutes their potentially significant role.

Firstly, I propose an overview of some of the most interesting contributions produced on the concept of 'queer rights'. I focus on what we mean by 'queer rights', exploring in particular the conflicts that define the differences with LGBT rights or general 'sexual rights'. Also, I explore the connections with the critical discourses aroused by Global South approaches (Sousa Santos, 2009).

Secondly, I propose that 'queer rights' can be regarded a powerful theoretical and practical tool, of use in looking behind the universalistic concept of 'human

rights'. In particular, 'queer rights' offer a frame to recognize inequalities, minorities and silenced subjects, across times and spaces, and to connect them in an intersectional network that enables us to look critically at the creation of power structures in the discourse on human rights.

Antonio Dias de Oliveira Neto, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra

### **Múltipla vitimização e violência de gênero no tráfico sexual de mulheres: uma análise do entendimento da Corte Europeia de Direitos Humanos**

O presente trabalho tem como objetivo discutir os aspetos do tráfico sexual de mulheres na contemporaneidade. Por conseguinte, será apresentado um panorama do tráfico de pessoas, especificamente de mulheres, para fins de exploração sexual no contexto europeu. Deste panorama, apresentamos duas problemáticas: a múltipla vitimização da mulher vítima de tráfico sexual, diante de circunstâncias que não garantem o devido atendimento e proteção por parte dos Estados, bem como diante do crescimento do tráfico em diversos países, segundo relatórios sobre o tema; segundo, da necessidade de uma abordagem do tema sob o aspeto da violência de gênero, diante dos dados que apresentam a mulher como maior vítima do tráfico contemporâneo, especificamente no contexto europeu. A hipótese que se apresenta é de que os Estados da comunidade europeia possuem a obrigação de adotar políticas específicas de proteção de mulheres vítimas de tráfico para fins de exploração sexual, de acordo com a interpretação do marco normativo já existente e dos quais são signatários. Para tanto, partimos da tese de que os documentos internacionais relativos ao tema impõem aos Estados signatários obrigações positivas no sentido de combater a prática do tráfico de pessoas, em sentido amplo, e por outro lado, adotar medidas de proteção à vítima, sob um recorte de gênero, diante dos fatos apresentados neste trabalho sob o panorama do tráfico de mulheres no contexto europeu. Por fim, o trabalho realiza uma análise do entendimento do Tribunal Europeu de Direitos Humanos (TEDH) a partir dos casos *Rantsev v. Chipre e Rússia* e *L.E. v. Grécia*, com o objetivo de estabelecer os critérios apresentados pelo TEDH no que diz respeito à violência de gênero no tráfico sexual de mulheres e às obrigações positivas dos Estados para a prevenção e combate ao tráfico de pessoas, bem como para a adoção de medidas de proteção à vítima.

Tania Teixeira Laky de Sousa, PUC-SP

### **Rompimento dos silêncios: a exploração de mulheres no âmbito do tráfico internacional. Uma forma renovada de escravidão?**

A motivação da presente comunicação refere-se ao fato de tráfico de seres humanos, nomeadamente de mulheres, nas suas diversas formas, ter conhecido significativo olhar mediático na última década, assumindo relevante importância na agenda política de governos e organizações internacionais. A publicação de diversos relatórios internacionais e a elaboração de pesquisas de dimensão regional, que anunciam o crescente número de pessoas afetadas pelo fenómeno e o aumento da sua abrangência territorial, desdobrando-se em manifestações diversas com

recurso a múltiplas estratégias de atuação, vêm suscitando a atenção pública sobre uma realidade que envolve graves violações dos direitos humanos. Não sendo um fenômeno recente, o tráfico de seres humanos tem assumido dimensão transnacional de âmbito globalizado, emergindo como um negócio lucrativo que agrega procedimentos sofisticados e evasivos geridos por organizações criminosas, sendo anunciado como a terceira atividade ilícita mais rentável no mercado global. Essa recente, e rápida, expansão do fenômeno, decorre da carência de dispositivos adequados de controle e enfrentamento dessas atividades, aliadas à tolerância social instalada em face das estratégias de aliciamento utilizadas pelas redes de tráfico de seres humanos, que visam grupos sociais concretos, em especial de mulheres, que constituem o contingente de população afetada pelas desigualdades sociais, pela estigmatização e discriminação, e pela instável capacidade de sustentação financeira, originadas pelas cíclicas crises do sistema capitalista que, por todo o mundo, vai criando nichos potenciais de pessoas passíveis de serem recrutadas e exploradas como força de trabalho rentável. Dentre essas diversas modalidades, o tráfico de mulheres, jovens e adultas, para o mercado sexual representa mais de três quartos das pessoas traficadas a cada ano, configurando-se, pela sua natureza e extensão, como um dos processos mais hediondos de violação de direitos e atentado à dignidade humana. Entendemos, em tese, que o conjunto de práticas concretas que configuram o processo de aliciamento, recrutamento, transporte e exploração de mulheres no âmbito do tráfico internacional, constitui uma forma renovada de escravidão, reproduzindo-se, sob a nova roupagem da lógica do mercado, esquemas de dominação, submissão e apropriação da vida de seres humanos.

Caroline Costa Bernardo, Universidade de Lisboa

### **Mutilação genital feminina na Europa: controvérsia em Direitos Humanos**

A Mutilação Genital Feminina é uma intervenção que resulta na remoção total ou parcial do órgão feminino, realizada no mínimo em 28 países, afetando 140 milhões de mulheres. É um ritual de algumas etnias que representa a transição de menina para mulher. Muito embora sobre essa temática tenha sido construído um arcabouço jurídico internacional enorme, em decorrência dos danos nefastos que tal prática gera em milhares de mulheres no mundo, ainda há muito para avançar. Na verdade, ainda há setores teóricos que discutem a aceitação ou não de práticas como essa, principalmente quando essas são feitas fora de seus territórios nacionais, em contextos migratórios. Nesse estudo, a Mutilação Genital Feminina - MGF - será encarada como um debate necessário aos estudos teóricos de direitos humanos, tendo em vista a universalidade dos direitos humanos e a necessidade de pensar essas temáticas. Este estudo terá como foco o seguinte questionamento: é possível creditar esse tipo de prática ao exercício da identidade cultural e à autodeterminação dos povos? Para isso serão investigadas as características da universalidade dos direitos humanos e as demais teorias contrárias, o estatuto jurídico que proíbe internacionalmente a prática da MGF, assim como a análise dos discursos dos países que ainda permitem tal prática em seus territórios. A metodologia utilizada é de uma pesquisa bibliográfica e documental, tendo como método de pesquisa o descritivo, na busca descritiva do problema e das soluções que estão sendo traçadas.

Mariana Paganote Dornellas, Universidade Federal Fluminense

### **O desenvolvimento da noção de direitos reprodutivos como direitos humanos e sua violação pela Lei de Planejamento Familiar brasileira**

Este trabalho parte das questões sociais, religiosas e de política demográfica que pautavam a reprodução, até à definição de direitos reprodutivos como direitos humanos, resultado das reivindicações feministas. Com base na noção de direitos reprodutivos, analisamos a Lei de Planejamento Familiar brasileira, que criou restrições em relação à esterilização voluntária, como os requisitos de 25 anos de idade ou dois filhos vivos, e cominou uma pena de 2 a 8 anos em caso de descumprimento. Por fim, concluímos que a criminalização da esterilização voluntária mostra-se como uma violação dos direitos reprodutivos, que são forma de expressão de nossa personalidade, e que, portanto, devem se desenvolver a partir do direito à liberdade, de forma a respeitar a dignidade humana, princípio constitucionalmente assegurado e norteador de todo o nosso sistema jurídico.

**17H00 – 19H00**

#### **MESA 11 – MODERAÇÃO - MARIA JOSÉ CANELO (FLUC / CES)**

Begoña Dorronsoro, CES/Universidade de Coimbra

#### **Feminismos Posco/Desco/Decoloniales... ¿y si nos encontramos en lo Anti?**

Feministas Poscoloniales, Descoloniales y Decoloniales transitan terrenos epistemológicos y lugares de enunciación diferenciados que no siempre se entrecruzan. El reto que nos convoca sin embargo para transformar el sistema capitalista, heteropatriarcal, racista y neocolonial precisa de diálogos, interconexiones y alianzas en pro de feminismos transnacionales y transfronterizos (Mohanty 1984, 2003; Spivak 1988; Espinosa 2009; Millán 2011; Femenías 2011) que se enriquezcan con los diferentes aportes de lo que Gurminder Bhambra entiende como sociologías conectadas (Bhambra, 2014).

Feministas comunitarias indígenas como Lorena Cabnal (2010, 2012) y Julieta Paredes (2010, 2011) reflexionan y teorizan epistemológicamente sobre el entronque de patriarcados y la necesidad de superarlos en alianzas entre feminismos y dialogan con las complicidades entre hombres colonizadores y colonizados que señala la feminista decolonial María Lugones (2008) para entender la dominación heteropatriarcal.

Feministas decoloniales del GLEFAS (Grupo Latinoamericano de Estudio, Formación y Acción Feminista) como Yuderkys Espinosa en diálogo con compañeras indígenas como Gladys Tzul Tzul transitan el terreno anticolonial como apuesta política y estratégica para el engarce de luchas y alianzas.

En esos caminos anticoloniales, antipatriarcales, antiracistas, anticapitalistas hay momentos de encuentros entre los diversos feminismos pero también de desencuentros sobre todo con los feminismos blancos hegemónicos. Retomar las sendas y reencuentros requiere además de diálogos establecer agendas donde todas esas luchas sean priorizadas a la vez, sin suplantar protagonismos ni apropiarse de voces y espacios.

Maíra Zenun de Oliveira, Universidade Federal de Goiás

### **Mulheres negras no cinema africano: por uma descolonização das mentes**

Esta apresentação pertence ao campo de estudos das relações sociais de raça na sociologia. Trata-se de uma proposta de trabalho sobre as representações sociais femininas, construídas pelas próprias mulheres, e propiciadas por processos culturais e identitários específicos, que reverberam particularmente no campo da imagem cinematográfica africana. O objetivo, portanto, é apresentar alguns dos dados da minha investigação de doutoramento, sobre como determinadas práticas culturais, e as formas de autorrepresentação resultantes dessas práticas, são tratadas por mulheres ativistas da JCFA "Journées Cinematographiques de la Femme Africaine de l'image". Trata-se de um movimento, que surge em 2010, de mulheres africanas cineastas de todo o continente, e que busca, a partir de fóruns, congressos e festivais, incentivar o fortalecimento de uma associação que tem por objetivo aumentar a participação feminina no mercado cinematográfico, assim como também uma forma de dar-lhes uma plataforma para que possam contar suas próprias histórias.

Ceren Akyos, CES

### **The Construction of 'Women' in both Turkish Nation-State and Kurdish Liberation Struggle Discourses**

While Western humanism as an ideological and political project involved the reawakening of the 'East' and 'Women' as the Others, as victims of social, economic and cultural conditions, of male violence and of colonial processes, instead of as agents of their own destiny, it also confirmed (Western) Man's centrality, thus leaving women out of history. Furthermore, this gender dichotomy has also been one of the essential elements of the ideological project of the nation-state, in which masculinity is directly associated with the 'state', with men as its agents, and femininity with the 'mother country', with women as the symbol of the nation. Consequently women are assigned roles and status as biological reproducers; as reproducers of the boundaries of national and ethnic groups; as cultural transmitters and ideological reproducers; as signifiers of national and ethnic differences; and as participants in national, economic, political and military struggles. On the other hand postcolonial nationalisms saw women as objects of liberation for colonial governments and the nationalizing elite, while at the same time they became the repositories and guarantors of the past. Nevertheless it is important to remark that women responded differently to these political projects through various forms of resistance against the masculine definitions of womanhood and women's identity. Moreover, identities become an important element in shaping women's interests which in turn shape their mobilization, both being formed within political, social and cultural structures that are vital in understanding the nature of women's struggle. Within this framework the aim of this paper is to reveal the role and status attributed to women within the scope of the nationalist projects of both the Turkish nation state and the Kurdish liberation

struggle, while showing how women challenge and invert these definitions through gender and ethnic identities that mobilize their struggle.

Érica Faleiro Rodrigues, Birkbeck College, University of London

### **Is Freedom where Aphrodite is? The Revolutionary Screen and the Allure of European Erotica**

With the advent of the 1974 Portuguese Revolution, a politics of gender equality arose, at the same time that cinemas started to be inundated by erotic (and pornographic) films. Cinema audiences jumped from 25 805 in 1972 and 26 467 in 1973, to 32 763 in 1974, and 38 683 in 1975. Having emerged from under a half-century of dictatorial rule, the long arm of Catholic morality and severe censorship, Portuguese audiences longed for this type of narrative. From 98 531 in 1973, film sessions in Portugal rose to 106 981 in 1974, and an astounding 122 073 in 1975 — something unheralded was unfolding on the screen that captivated cinemagoers. Distributors profited extensively from this wave of eroticism and, for a large part of these audiences, to step inside a cinema became a first and long awaited voyage of sexual discovery and awakening. Further statistics tells us that, in 1973, American film distribution dominated the Portuguese screens, with 94 American films being distributed, against, for example, 73 from Italy. However, in 1974 there was a sudden reversal of dominance in the Portuguese screens, with Italy jumping to 104 films (and French and British distribution also increasing), and American film distribution falling to a 'mere' 76. This paper therefore attempts to investigate the aesthetic tools for the sudden success of European cinema on the Portuguese screen, and, in particular, the allure of Italian cinema, which often produced films exploring sexual themes under a strongly patriarchal morality, thus engendering an irremediable tension between the reality of the political moment (one in which women battled for emancipation and for equality) and the propagation of the patriarchal gender stereotypes of the defeated dictatorship.

It is worthwhile looking into how these films may have been the agents of an undercurrent of counter-revolutionary gender ideals, especially concerning mythologies around women, and how they may have contributed to the depoliticisation of audiences and to maintaining the sexual cliché of a female sexuality impelled by subservience to male desire.

Elaine Santos, Jessica Fernandez / Claudia Cambraia, CES/FEUC

### **A invisibilidade das mulheres negras nos espaços académicos: uma visão desde Equador, Brasil e América Central**

A proposta deste trabalho em seu intuito mais amplo é discutir a participação das mulheres negras nos espaços de poder. Neste primeiro momento faremos uma discussão diminuta, mas que está a nosso alcance, de angular o trabalho à participação das mulheres negras no espaço académico, com enfoque no Equador, Brasil e América Central desde 2010 aos dias atuais. Nossa premissa é a da impossibilidade de compreender a questão de género e suas várias formas de opressão na América Latina sem permear pela questão étnica racial. Fundamentando-se na própria génese histórica colonial que concretizou-se na matriz africana, indígena ademais branca, com variantes de mestiçagem. O período

foi selecionado, considerando que os países latinos americanos, desde 2008, passam por um período de crise e retrocesso, principalmente no que tange as políticas voltadas para a questão de género. A metodologia parte de um primeiro levantamento e análise dos dados produzidos neste período que mostram a magnitude da exclusão da mulher negra. E a partir disto investigaremos de forma imanente tais realidades de forma a ser mais um contributo às iniciativas teóricas e políticas já criadas, objectivando o escovar da história a contra pelo, isto é, a reversão deste quadro histórico de discriminação. Tal debate pressupõe compreender a dinâmica de opressão das mulheres negras. Assim sendo, esta é uma iniciativa que não se esgota neste resumo, pois, isto nos levaria ao reducionismo da luta na qual somos também protagonistas. Intervenção Faremos uma intervenção artística por meio da leitura de poema retratando a situação das mulheres negras desde Brasil, Equador e América Central.

**MESA 12 - MODERAÇÃO: MARIA JOÃO SILVEIRINHA (FLUC)**

Carla Carvalho, Universidade de Cabo Verde

### **As ONG feministas na luta pelos direitos das mulheres em Cabo Verde**

Em Cabo Verde, a promoção da igualdade de género tem ganhado acentuada visibilidade, com resultados notáveis, devido, em grande medida, ao trabalho de várias organizações da sociedade civil comprometidas com a igualdade de género, assim como a um manancial de políticas públicas implementadas. Essa visibilidade e os resultados associados devem-se à história e trajetória do movimento feminista em Cabo Verde.

A constituição, em 1981, da primeira organização de mulheres em Cabo Verde, a OMCV, enquanto uma organização de massas de cariz partidário contribuiu, durante a década de 1980, para a aplicação e seguimento das políticas públicas ligada à educação, à saúde reprodutiva e à produção de legislação que atendesse os direitos das mulheres.

Um outro marco importante do movimento feminista em Cabo Verde foi a implementação do multipartidarismo, em 1991, que favoreceu o surgimento de organizações da sociedade civil, direcionadas ao combate das desigualdades existentes nas relações de género.

As ONG têm criado condições e mecanismos institucionais que asseguram a igualdade de género, com particular ênfase na promoção do empoderamento das mulheres, sobretudo para contrapor os indicadores de género demonstrativos de que, em várias áreas e sectores, as desigualdades pesam mais sobre as mulheres do que sobre os homens. E, em face disso, a abordagem da agenda de género está focalizada em todas as esferas de atividade, através da criação de mecanismos de acesso a oportunidades iguais para homens e mulheres, contribuindo para a eliminação da discriminação com base no género, e das mulheres, em particular.

As organizações feministas vêm demonstrando capacidade de promover mudanças, provocando transformações na estrutura social, influenciando novas práticas e provocando novos modelos de relacionamento social de igualdade de género.

Diana Silver, FLUC/Universidade de Coimbra

## **Sisters doing it by themselves: WODA in antinuclear and other protests from the 1980s onwards**

Why have women chosen to conduct political protests without men, and does this choice have epistemological and practical validity for direct action in the 21<sup>st</sup> century? — these are the questions that this study attempts to answer. I begin by defining non-violent direct action (NVDA) and WODA (women-only direct action), outlining briefly my personal interest in the topic (my involvement with the antinuclear peace camp at Greenham Common, UK in the 1980s), and mentioning the historical background to the Greenham action. I then consider what identities were available for and used by women in such actions, some of them essentialist and limiting (women as naturally maternal, peace-loving, morally superior) but others more transgressive (creative, lesbian feminist), and identities that were *not* on offer (Black, transgender, differently abled). I compare these paradigms with the discourse of two manifestos, from Greenham and from current actions: the press release issued by Women for Life on Earth (1981) and the *Feministo* issued in the UK by Sisters Uncut (“Taking direct action for domestic violence services”) in 2016. These texts show a move away from the peace-loving, maternal, caring, ‘vulnerable’ woman of 1981: the Sisters in the second text present themselves as considerably more combative, confrontational and political.

Fernanda de Andrade Freire Lima, Universidade do Minho

## **Democratizar a democracia: a representação política feminina no Brasil**

As propostas de ação afirmativa com o estabelecimento de cotas eleitorais representam um desencanto democrático. Os mecanismos de ação afirmativa demonstram que a mera igualdade formal é insuficiente. Ela perpetua e legitima a desigualdade substantiva. As mulheres buscam representação porque possuem interesses especiais, legítimos, relacionados com a discriminação de gênero. Quando o sistema político está estruturado de uma forma que veda a expressão desses interesses, revela-se injusto. No entanto, as mulheres, apenas por serem mulheres, não constituem um grupo com interesses idênticos. Não há uma relação direta entre mais mulheres na política e a luta por igualdade de gênero por essas mesmas mulheres. Nos países em que o parlamento conta com mais de 15% de mulheres, a feminização da legislatura não produziu mudanças significativas no que os partidos e os governos fazem. Mulheres na política não defendem, necessariamente, um posicionamento feminista. As cotas permitem que as mulheres participem nos partidos políticos, mas se estes não têm um programa explicitamente preocupado com questões de gênero, não há garantia de que os interesses das mulheres serão representados e, assim, as cotas, como instrumento de igualdade de gênero, são um tiro no escuro. É evidente que a existência de mais mulheres na política alarga e aprofunda o projeto de democracia. No entanto, é necessário reconhecer que a busca por igualdade e justiça social não se resume a mais representatividade nas arenas políticas, mas também há a necessidade de democratização em outros domínios e instituições, incluindo a esfera privada. É preciso apostar na formação política a partir da base, com educação de gênero nas escolas e o incentivo à participação de mulheres em organizações não governamentais e outros movimentos da sociedade civil. É necessário democratizar

a democracia para que a igualdade material de género seja atingida e a justiça social seja garantida.

Joana Rocha, FCSH/Universidade Nova de Lisboa

### **Contrariedades & Potencialidades de Construção da «Mulher Comunista»**

As problematizações marxistas atribuíam às amarras opressoras do capitalismo as consequências da subordinação feminina. A continuidade do patriarcado, em associação à exploração patronal e à contração do matrimónio burguês, contribuía, tão-só, para a manutenção de estruturas que impossibilitassem a emancipação da mulher. A solução passaria pela eliminação do capital e consequente erradicação da instrumentalização do núcleo familiar, na perspetiva burguesa, de obrigatoriedade no acompanhamento juvenil e de manutenção da propriedade, neste caso, privada.

Excluindo a família, também o patronato consideraria o sexo feminino um mero instrumento de produção. Portanto, a desigualdade do feminino compreenderia dois vértices de exploração: a sexual e a classicista. Logo, concluiu-se que a emancipação do género feminino associar-se-ia à construção de uma nova sociedade, graças à eliminação do capitalismo que, por seu turno, seria a base opressora de todos os sujeitos.

Todavia, quando os dominados aplicam ao que os domina esquemas que são produto da dominação, os seus atos de conhecimento são, também, atos de submissão, portanto, a mulher, apesar do enunciado, não consumara as conquistas que pareciam anunciar uma praticável emancipação do género. O desmantelamento dos mecanismos de exploração e miséria, intrínsecos às ações do capitalismo, permitiriam à mulher ingressar no mercado de trabalho, equiparar-se à força masculina e tornar-se cidadã, logo, gozar de iguais direitos ao homem. A economia doméstica transformar-se-ia em indústria social e a educação das crianças tornar-se-ia assunto público. Esta estruturação permitiria independência financeira e capacidade emancipatória, que libertariam a mulher da necessidade de recorrer à prostituição. Através da tentativa de eliminação das desigualdades e de incorporação da mulher nas fileiras da revolução social surgiria, em 1918, o Genotdel, Departamento de Mulheres Trabalhadoras e Camponesas do P.C.U.S, que promoveria a instrução e organização de creches e infantários, em consonância com uma aposta na propaganda e militância do sexo feminino à «máquina» soviética. A mulher seria em primeiro lugar trabalhadora e, ao invés da mulher burguesa, engrossaria as fileiras da produção juntamente com os homens.

Carla Prado, FEUC/CES

### **Women in peace and conflict: deconstructing gender roles in peace processes**

In the last few decades, there has been an ongoing and ever growing debate regarding gender issues within the scope of International Relations in general and Peace Studies in particular. Once described as a theory 'built by men for men' (Booth, 2007), the last four decades have witnessed a pressing concern with analyzing international political phenomena through a gender lens, thus

acknowledging the existence (and persistence) of a 'malestream culture' (Youngs, 2004) and the relevance of a feminist reading of international relations in order to deconstruct and dismiss the gender hierarchy present in the discipline (Peterson, 1992).

The role of women in International Relations (and specifically peace studies) has been the subject of considerable research in recent years. Yet in processes of transition after violent conflicts, despite many critiques, women have often been conscripted to the role of victims, with limited agency. Moreover, women seem to be limited to supporting roles in peacemaking and peace education, thus suggesting a correlation between female gender and peaceful practices. Our aim in this paper is, therefore, to deconstruct the gender role view of peace and of women as inherently prone to peace and reconciliation, in a mainstream peace culture that sees women either as 'silently symbolic' or 'silently victimized' subjects (Enloe, 2005).

### **MESA 13 – MODERAÇÃO - TATIANA MOTTERLE (CES)**

Ana Lúcia Santos, FLUC, CES/ Universidade de Coimbra

#### **Desporto para todxs? Desafiando o binarismo sexual e a superioridade masculina em competições desportivas**

No âmbito dos Estudos Feministas, o desporto tem sido criticado como uma instituição historicamente masculina e sexista. Se, por um lado, confere virilidade e afere a identidade sexual dos homens, por outro, coloca em questão a feminilidade e a identidade sexual das mulheres. Aos homens é reconhecida maior apetência para o exercício físico, desenvolvimento de massa muscular e força, enquanto às mulheres são reconhecidas características como delicadeza e flexibilidade, sendo, por conseguinte, as mulheres mais expectáveis em desportos de pouco contacto físico, como a dança ou a ginástica.

Quando uma mulher surge com uma performance excecional e/ou com uma aparência física associada à masculinidade, não é apenas a identidade de género que é posta em questão, mas também a própria biologia, uma vez que é considerado invulgar uma mulher ter um rendimento ou um físico idêntico ao de um homem. Caster Semenya, Dutee Chand, Érika Coimbra, Marina Patiño, Edinanci Silva, entre outras, são algumas das pessoas que viram as suas carreiras ou prémios conquistados ameaçados devido à ambiguidade sexual que o seu corpo ou a sua performance suscitaram. Pretende-se nesta apresentação fazer um levantamento da forma como operam as regulações sexuais no Comité Olímpico Internacional, de modo a analisar os critérios de elegibilidade de pessoas trans e pessoas intersexo nesta instituição que se quer distanciada de qualquer forma de discriminação com base no sexo.

Caynnã de Camargo Santos ; Izabela Romanoff Paiva, Universidade de Coimbra

#### **O Pecado da Carne: Neomaterialismo e a (re)descoberta do corpo**

A comunicação objetiva sumarizar os fundamentos conceituais do neomaterialismo no contexto dos debates sobre relações de género e diferenças

sexuais. Perseguimos tal objetivo mediante uma atenta leitura das principais formulações (no que concerne ao "projeto" neomaterialista) da teórica feminista norte-americana Karen Barad, uma das mais destacadas vozes vinculadas à "virada material" (ALAIMO; HEKMAN, 2008, p. 6) em curso na teoria e prática feministas. Debruçamo-nos, nomeadamente, sobre os aspectos basilares do "realismo agencial" de Barad (sua particular formulação de uma ontologia relacional ou "ontopistemologia", marcadamente influenciada pelos trabalhos em física quântica de Niels Bohr), que sustenta sua proposta de uma "teoria performativa pós-humanista" (BARAD, 2003).

Em um segundo momento de nosso percurso expositivo-argumentativo, buscamos apresentar em linhas gerais - ou seja, sem qualquer pretensão exaustiva - alguns espaços de tensão entre as propostas de Karen Barad e Judith Butler, como modo de sintetizar aspectos fundamentais dos efervescentes debates atuais entre teóricos queer e neomaterialistas. Nesse sentido, nossos esforços analíticos são orientados para dois vetores de especial polêmica entre as propostas das autoras, a saber: (1) o caráter pouco ativo atribuído por Butler ao papel desempenhado pelo aspecto material do corpo em meio a seu processo de materialização e (2) os limites antropocêntricos da noção de performatividade em Butler.

Rita Alcaire, CES/Universidade de Coimbra

### **Pode a assexualidade ser feminista?**

Nesta apresentação de carácter exploratório, proponho-me analisar as ligações entre a assexualidade e o(s) feminismo(s). Para tal, terei como ponto de partida os acesos debates online entre feministas sex-positive - uma das posturas críticas mais dominantes no feminismo contemporâneo na internet - e o feminismo como um todo.

Apesar de a teoria sex-positive afirmar que todas as pessoas devem ser livres para fazer ou não o que quiserem a nível sexual - o que teoricamente abre espaço para assexuais -, espaços sex-positive tendem a ser hostis para a assexualidade, que na prática é considerada pouco válida.

Desta forma pretende-se também alargar a compreensão do que constitui uma questão feminista e mostrar como questões assexuais e questões feministas se cruzam amiúde ao mesmo tempo que se discute como o feminismo, como um todo, tem valor para a comunidade assexual e vice-versa.

Carolina Lopes de Oliveira, PUC-Rio

### **Pelo direito de ser quem se é: um ensaio sobre o direito fundamental à constituição subjetiva da identidade sexual, a partir da intersexualidade**

A presente comunicação, direcionada à linha "géneros, sexualidades e direito(s)", tem como principal objetivo refletir sobre o direito à intersexualidade, como um direito fundamental à autodeterminação existencial. Para isso, a intersexualidade será contextualizada e serão analisadas: suas nomenclaturas e diagnósticos, ocorrências, bem como o sistema binário de categorias sexuais a que cada indivíduo é submetido ao nascer. Pretende-se questionar as ideias de correção, anomalia e adequação corporal, utilizadas pelos profissionais de saúde, as

consequências destas ideias sobre a sociedade e seus impactos nas crianças intersexo. Em seguida, avalia-se a relevância da utilização do Direito para o tema, bem como se investiga, por meio da verificação dos procedimentos e normas adotadas no Brasil, de que maneira os direitos das crianças intersexo têm sido tutelados até o presente. Desta forma, objetiva-se descobrir se o Direito tem funcionado como obstaculizador ou garantidor dos direitos dos menores intersexo, verificando através de algumas legislações internacionais os empecilhos existentes e as possibilidades de pensar sobre o tema. Por fim, um caminho sob a perspectiva do Direito Civil-Constitucional será projetado, buscando a admissão de existências plurais capazes de permitir o pleno desenvolvimento de identidades e respeitar a dignidade da pessoa humana. Assim, procura-se ponderar, através do Direito e das pesquisas bibliográficas realizadas, sobre as melhores formas de preservar a vontade dessas pessoas e permitir a construção subjetiva de sua identidade sexual.

Guilherme Gomes Ferreira, PUC–Rio Grande do Sul

### **Gênero, raça e classe na experiência de travestis em relação às instituições criminais e de segurança**

No contexto brasileiro, as travestis frequentemente sofrem perseguição e assédio policial, sendo conseqüentemente levadas a delegacias para prestar depoimento, passando a noite dormindo em celas ou sendo mesmo aprisionadas em presídios. Os motivos vão desde o tráfico de drogas até a acusação de um cliente de que teria sido roubado durante o programa, entretanto, grande parte das vezes há uma relação de moralidade no policiamento das travestis que não permite que suas narrativas sejam reconhecidas como legítimas. Além disso, a intersecção de experiências com marcadores de raça/etnia, gênero, sexualidade e classe social faz com que o sistema criminal selecione essas pessoas mais facilmente do que outras, de modo que as prisões se tornam uma extensão quase natural das comunidades de periferia em que travestis brasileiras residem. Em Portugal, há indícios de que as instituições policiais também punem e perseguem mais e melhor os sujeitos tidos como suspeitos e perigosos e isso levando em consideração critérios não somente racistas como também xenófobos e classistas, do que se pode inferir que as travestis latinas (e sobretudo brasileiras) que residem no cenário português configuram-se sujeitos potencialmente criminalizáveis. Assim, a proposta da presente comunicação “fruto de pesquisa de mestrado com travestis privadas de liberdade e de pesquisa de doutoramento atualmente em curso” é compreender como as travestis experimentam a prisão e o policiamento das instituições de segurança brasileiras e portuguesas e como elas mesmas se materializam para tais instituições, tendo por referência marcadores sociais que as colocam no lugar da subalternidade e da criminalidade.

### **MESA 14 – MODERAÇÃO - SÍLVIA PORTUGAL (CES / FEUC)**

Marília Gurgel de Castro, Universidade de Coimbra

#### **Violência de gênero entre pares na infância**

Este estudo teve como objetivos caracterizar aspectos da violência de gênero na terceira infância (dos seis aos 11/12 anos) e apresentar um modelo de intervenção. Trata-se de uma reflexão teórica crítica da literatura sobre a violência

de gênero na relação entre pares durante a terceira infância, sob a ótica da Gestalt Terapia e da Bioecologia do Desenvolvimento Humano. Diferentemente dos jogos de descoberta sexual e do jogo rude, a violência entre pares não é reconhecida como brincadeira por todos os seus participantes e inclui comportamentos agressivos que causam danos físicos, psicológicos ou morais. A violência, como um comportamento constante de uma criança ou grupo, revela perturbações da auto-regulação. A relação entre pares é considerada em grupos de dois ou mais membros, de idades semelhantes e de famílias diferentes. Esta relação contribui de forma decisiva para a construção social do conhecimento de si próprio e dos outros. A socialização das crianças para os papéis de gênero na sociedade ocidental é produto da naturalização da dominação masculina que propõe a associação do sexo/gênero e da orientação sexual na construção de um modelo hegemônico de homem e um binarismo ou dicotomia de modelos: masculino/homem e feminino/mulher. Atitudes como organização, disciplina e responsabilidade serão encontradas mais desenvolvidas em meninas, enquanto aos meninos as mesmas regras são mais frouxas e lhes é dado muito mais oportunidade de lazer e circulação nas ruas. Nas brincadeiras a influência da estereotipia é bem clara na estruturação de jogos e brinquedos diferenciados para meninos e meninas, de acordo com os papéis que se esperam desenvolver a cada gênero. Há bastante literatura sobre violência na escola e sobre relação entre pares, mas poucos relacionam o tema de violência de gênero à infância, o que nos permite concluir que a prevenção a este tipo de violência vem sendo feita tardiamente, deixando de lado o melhor período para intervir no desenvolvimento moral humano, a infância. A violência de gênero entre pares precisa ser avaliada em sua frequência, consequências e impacto nas vítimas, nos agressores, e nos observadores. Estudos propõem intervenções baseadas na abordagem bioecológica, envolvendo as crianças e os contextos em que estão inseridas.

Magner Miranda de Souza / Cláudio Eduardo Resende Alves

**Discussão da equidade de gênero em um projeto piloto para educadoras da rede municipal de educação infantil de Belo Horizonte: resultados e projeções**

O "Projeto-piloto Sexualidade e Relações de Gênero na Educação Infantil", promovido pelo Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual (NUGDS) e pela Gerência de Coordenação da Educação Infantil (GECEDI), da Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte, MG foi realizado nos anos de 2014 e 2015, inserindo-se no âmbito da construção da Política Educacional para as Relações de Gênero de Belo Horizonte. O projeto abriu possibilidades para a promoção de práticas pedagógicas que procuraram romper com a dicotomia de gênero e que buscaram a construção de relações mais simétricas entre meninos e meninas. O público era composto de educadoras, coordenadoras e acompanhantes pedagógicas regionais das UMEI's. Optou-se por aulas expositivas conceituais, mas também pela apresentação de vídeos, seminários, dinâmicas de grupo e trabalhos de campo, tais como observação do comportamento das crianças e de seus discursos nas creches e UMEIs, além da análise de desenhos infantis realizados durante uma atividade proposta. A culminância dos trabalhos ocorreu com a realização de um seminário final, com a apresentação de projetos ou planos de ação e formação a serem realizados nas instituições. Os projetos apresentados foram utilizados como

subsídios para a escrita das Diretrizes Municipais para as Relações de Gênero na Educação Infantil. Os binarismos tradicionais de gênero reduzem as possibilidades de interação social e de escolhas para meninos e meninas, estudantes e professores. As construções das identidades das crianças refletem as assimetrias de poder que se manifestam nas relações de gênero tanto nas famílias dos educadores e das crianças, quanto no cotidiano da escola. Ainda que o trabalho com gênero e sexualidade não seja suficiente para romper com os preconceitos, ele mostra-se muito fértil para contribuir com a ampliação da consciência sobre a diversidade humana e as múltiplas formas de ser e estar no mundo.

Fernando André Rosa, CIES, ISCTE-Instituto universitário de Lisboa

**Pedagogias feministas e códigos de gênero a partir dos contributos conceptuais de Basil Bernstein e Madeleine Arnot**

Esta comunicação pretende centrar as potencialidades teóricas e epistemológicas do modelo de discurso pedagógico proposto por Basil Bernstein (1991), para explicar que a prática pedagógica é norteada por regras discursivas de controlo e regras hierárquicas de poder, que medeiam o processo de distribuição e aquisição de vários tipos de conhecimento, entre grupos sociais. Este modelo de análise da comunicação pedagógica proposto por Bernstein permite analisar as regras de produção e reprodução dos discursos, permitindo produzir descrições e explicações sobre as identidades geradas, bem como a relação destas com os processos de produção e reprodução social. A reflexão que permite fazer a ligação do modelo conceptual de Bernstein com as pedagogias feministas ancora-se na experiência de uma observação participante em sala de aula junto de estudantes do ensino básico no Porto ao longo de um ano letivo, num projeto de prevenção da violência de género, para compreendermos como se desenvolveram agências, que incidem nas relações entre sujeitos, entre discursos e entre espaços. No contexto escolar as relações de género são vistas através de categorizações formadas através da educação informal, nomeadamente da família e comunidade. A intervenção feminista complementada com a reflexão também feminista e queer servem assim de base para uma reflexão entre o conhecimento produzido pelos movimentos sociais, a ação política e as desigualdades sociais, conforme postula Madeleine Arnot (2002), no conceito de gender-codes. As propostas conceptuais de Basil Bernstein e Madeleine Arnot promovem um encontro entre as relações de género e o sistema de educação, uma vez que todas as relações sociais são produzidas, reproduzidas e transmitidas na escola, nomeadamente modos de dominação masculina e privilégios educacionais relacionados com formas de dominação de classe, como enuncia Pierre Bourdieu (1977) com o conceito de habitus. Analisar a interconexão e as contradições entre o patriarcado e o capitalismo como duas estruturas de poder no sistema escolar permite-nos concluir que um diferente tipo de escola transmite diferentes tipos de relações de género.

Elsa Ofélia Sequeira Rodrigues, Instituto Superior de Ciências da Educação de Benguela

**Continuidade e rupturas no modelo hegemônico de feminidade em Angola: uma análise da experiência das docentes da Universidade Katyavala Bwila (Benguela-Angola)**

A situação atual da mulher em Angola está repleta de desafios. Os quase 40 anos de guerra civil e a herança de práticas culturais baseadas no género, a colocam numa posição de desvantagem em termos de saúde, educação e acesso aos recursos. Esta investigação tem como objetivo geral explorar as experiências e os discursos das docentes da Universidade Katyavala Bwila em relação a sua posição de género. A partir de um enfoque qualitativo e baseado nos conhecimentos situados, pretendemos: identificar práticas discursivas de sujeição ou dessujeição explorando as possibilidades de transformação a partir do reconhecimento das suas experiências generizadas; visibilizar as experiências ligadas a sua posição de género; e por último explorar possibilidades de dessujeição/transformação vinculadas ao reconhecimento da sua própria posição generizada. A análise do discurso das professoras permitiu identificar neste contexto um modelo hegemónico marcado pela dominação masculina que naturaliza a violência contra as mulheres. Permitiu-nos a criação de um novo grupo no qual se poderão incorporar elementos de crítica social que gerem um novo discurso mais justo e igualitário.

Vera Lucia Ermida Barbosa, CEIS20/ Universidade de Coimbra

**“E Dona Maria disse assim...”: a sexualidade no discurso cotidiano como expressão de subversão**

Nossa comunicação tem por base os fragmentos de um diálogo ocorrido entre a pesquisadora e um grupo de mulheres durante a realização da pesquisa de campo em setembro de 2015 no âmbito da investigação da tese de doutoramento em Estudos Contemporâneos (CEIS20-UC) intitulada “Divino Espírito Santo, entre a Igreja e o artesanato (1992-2016): narrativas identitárias do povoado de Vitoriano Veloso das Minas Gerais do Brasil”. Na cozinha da casa de Dona Maria, uma conversa animada deu pistas de um cotidiano permeado de lances táticos e situacionais que traduzem as artes de fazer (CERTEAU, 1994). Um diálogo que evidenciou como o exercício da liberdade e da sexualidade feminina exercidas em um contexto permeado pelo patriarcalismo colonial denotam a “tática como a «arte do fraco», que opera «golpe por golpe» aproveitando as falhas que as conjunturas particulares vão abrindo na vigilância do poder proprietário” (Ibid.101) e configura-se num exemplo de subversão. Neste sentido, nossa intenção é analisar este cotidiano enquanto prática que subverte parâmetros conceituais que o entendem como rotinas ou regularidades e enfatizar o caráter inerente de disputas e rupturas. Ao contrário de pensar as práticas cotidianas na encruzilhada do binarismo estrutura e ação, buscaremos enfatizar os procedimentos variáveis e labirínticos da ação, segundo a lógica processual e dinâmica das relações de poder da vida cotidiana. O cenário que compõe nosso “fragmento” do cotidiano é o Pós-colonialismo em sua face capitalista, colonial e patriarcal (SANTOS, 2010) e a Reflexão Decolonial baseada na colonialidade do poder, do saber e do ser (CASTRO-GÓMEZ & GROSFUGUEL, 2007).

**MESA 15 – MODERAÇÃO: CATARINA MARTINS (CES / FLUC)**

Cássio Serafim, FLUC/Universidade de Coimbra

### **Feminismo para além da ficção: contribuições de Ama Ata Aidoo**

É inegável que mulheres ainda são a maioria dos indivíduos a enfrentar diariamente condições de vida desfavoráveis, muitas das destas resultantes de eventos históricos e traumáticos do passado que exercem grande influência sobre a história presente (Khanna, 2001). Existe uma grande expectativa sobre como movimentos feministas podem advogar justiça para mulheres e ainda como artistas feministas se envolvem nesta luta. O que fazer, como fazer, onde atuar, com quem e para quem são questões sempre pertinentes para ponderar a respeito das agendas políticas dos feminismos. Neste sentido, durante uma entrevista em março de 1996, a escritora ganesa Ama Ata Aidoo declarou que “the committed artist has to be an activist [...], whether through the mode of writing or other areas.” Comentando a declaração de outra escritora feminista, Aidoo acrescentou que “[...] what we artists do is not enough. We need to be out there” (Azodo, 1999: 436). Aidoo é um grande exemplo deste tipo de artista ativista. Ela combate os patriarcados e os diversos colonialismos através e para além da sua produção escrita literária e ensaística. Em seus poemas, contos, novelas e outros géneros literários, Aidoo interroga representações sociais das mulheres e, conseqüentemente, as relações de poder em que essas estão engajadas e que influenciam a sua mobilidade socioespacial. Além do seu trabalho literário, Aidoo participa ativamente da luta por gerar justiça e igualdade para mulheres no Gana e em outros países. Neste trabalho, o meu objetivo é apresentar e ilustrar contribuições de Aidoo para os movimentos feministas e de mulheres, com especial atenção para o seu empenho na promoção de espaços favoráveis para mulheres africanas escritoras e para a devida divulgação do trabalho destas.

Clariane Crippa, FLUC/Universidade de Coimbra

### **Negritudinista, pró-feminina e descolonizada: a vanguarda na obra de Alda Espírito Santo**

Alda Espírito Santo, através da sua postura combativa, torna-se parte de um movimento organizado de afirmação da identidade literária da santomensidade, porém, mais do que instituir uma literatura da insularidade santomense, corroboraria a criação de uma luta pró-feminina de cariz político-ideológico muito próximo das ideias do marxismo. Apesar de ter sido presa pela PIDE, em 1965 (na prisão política de Caxias, perto de Lisboa), e de constantemente censurada pelo sistema colonial, faz-se instrumento para denunciar os abusos coloniais em solo pátrio, a subserviência imposta às mulheres, a mortandade infantil, a exploração da mão de obra feminina, as questões da mestiçagem, a alienação cultural, o analfabetismo, a miséria extrema, a precariedade do trabalho agrícola nas roças, as monoculturas do cacau e do café, a vil existência de um “Estado” dentro do Estado, as condições desumanas de vida e de trabalho que eram impostas aos contratados e as suas terríveis conseqüências, como, por exemplo, os danosos problemas psicológicos causados pelo venenoso peso de uma inferioridade forjada pelo racismo, além da subalternidade imposta a priori a todas as mulheres nativas.

Danuza Américo Felipe de Lima, FLUC/Universidade de Coimbra.

## **O erotismo em *Ritos de Passagem*, de Paula Tavares.**

Há na literatura angolana uma linhagem de textos que conservam o ressoar de vozes de autoria feminina num quadro que ainda impera numericamente a maioria masculina. Assim ocorre com o livro *Ritos de Passagem* de Paula Tavares, publicado em 1985. A poesia da autora e a temática do erotismo é um assente nesta literatura, sintoma da abertura para novos discursos e da subversão dos valores sociais estabelecidos. A mulher nos poemas de Paula Tavares é definida por seus atributos biológicos, subjetivos e simbólicos. Propomos neste trabalho uma análise do livro tendo como foco o erotismo e a transgressão dos ditames sociais.

Vanesa Fernández Campos, Universidad de Vigo

### **Tomar la palabra: una aproximación a *Nocturna mas no funesta*, de Iris M. Zavala.**

Iris Milagros Zavala (1936) es una escritora puertorriqueña, más conocida en el ámbito de la crítica y de la ensayística. Sin embargo, me interesa profundizar en su discurso narrativo, ya que su obra narrativa es el objeto de estudio del trabajo que preparo en la actualidad. En este caso, me voy a centrar en *Nocturna mas no funesta* (1987), que es la segunda obra publicada de la autora. Realizaré un análisis completo de la obra para entender y reflexionar sobre las cuestiones que le preocupan a Iris M. Zavala. Este trabajo se abre con una introducción sobre la obra, y continúa su desarrollo analizando aspectos tales como los personajes, la voz narradora, la temporalidad o el espacio. Me interesa, sobre todo, ahondar en el papel que protagoniza Ana de Lansós, una mujer del siglo XVII, con unas convicciones, un pensamiento y una posición muy asentada en la época que le ha tocado vivir. Es una mujer como tantas otras, que construye pensamiento, que toma la palabra, que discute, que no se conforma y que lucha por el derecho que tienen las mujeres a incorporarse al mundo del conocimiento. En aquella época las mujeres no tenían posibilidad de elección, no tenían acceso al mundo del saber, y eran los hombres los que tenían el poder de decisión. Es fascinante el diálogo que Ana de Lansós mantiene con otros autores y autoras de otras épocas, pues todo ese pensamiento que intercambian nos enriquece y nos muestra diferentes opiniones al respecto.

Raquel Lima Alexandra Santos, Lolo Arziki, Centro de Estudos Comparatistas / FLUL

### **"Poetizando o Género/Generando Poesia: Reflexões desde uma experiência situada no corpo negro queer"**

Os métodos, estilos e temas literários foram desde sempre influenciados por um cânone literário estabelecido por homens brancos, o que nos levou à necessidade de compreender e situar essa imposição hegemônica na poesia e no corpo negro queer. Partindo de textos da Audre Lorde — poeta, feminista negra, lésbica, activista pelos direitos humanos e queer — e através de vivências, activismos e práticas artísticas das autoras, concluímos que existem padrões que sustentam processos criativos e identitários em constante re-invenção e re-escrita, num processo de apropriação de várias vozes que poderão à partida ser vistas

como contraditórias e numa procura de ruptura com o estável, fixo e inerte. Esses padrões são guiados em função da intensidade com que o sujeito poético interliga identidade, sexo, sexualidade e papéis de género. A presente proposta de dissertação insere-se, simultânea e transversalmente nas seguintes temáticas: géneros, sexualidades e discursos; géneros, raças e etnicidades; as artes e a construção dos géneros e das sexualidades e géneros e literatura. Os instrumentos de análise são as dimensões psicológicas e sociais da escrita poética através da perspectiva sociológica da teoria queer e do feminismo negro. Esta análise permite encontrar um novo sujeito poético que se situa fora do binário masculino — feminino, assim como uma nova forma poética que questiona a “naturalidade” de grande parte da teorização literária estabelecida. Como forma de legitimar esta reflexão, e questionar ou desconstruir o espaço desta comunicação, as autoras terminarão por se manifestar também através dos seus corpos/palavras.

Maria Elisa Seixas, Universidade Aberta.

### **Identidade em Estilhaços – Quando os nossos lábios falam.**

A comunicação que proponho versa sobre o trabalho que desenvolvi sobre uma filosofia da diferença (sexual) e de uma literatura que «conserva uma aspa à esquerda e à direita». É uma tentativa quase impossível de orientar a leitura de uma parte da obra de Clarice Lispector (1920-1977) a partir do horizonte teórico de Luce Irigaray, filósofa da segunda metade do século XX (1932).

O ponto de partida é o modo como cada uma destas autoras, a partir do seu solo, constituem-se como propostas para uma outra linguagem que rompe com o discurso dominante (e com os silêncios que o habitam) e estilhaça as identidades fundadas a partir desse discurso monológico.

Procurarei apresentar e sustentar a hipótese de que a obra literária de Clarice Lispector constitui-se como exemplo vivo da conceção de Luce Irigaray quanto a uma identidade pensada como abertura e processo e quanto à possibilidade de uma ontologia relacional da diferença que abra espaço para um outro jogo discursivo entre os dois sexos. Proponho a escrita de Clarice Lispector, na senda de uma escrita fiel à sua intuição, como uma resposta à filosofia de Luce Irigaray mesmo antes desta ser desenhada.